



SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO



Projeto 2003.66658

Brasília/DF, 2017



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

ÍNDICE

	Página
1. Relatório dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras Básicas	03
2. Demonstrações Financeiras Básicas	
- Declaração de Gastos SFB	06
- Nota Explicativa	16
- Extrato da Conta Especial	22
3. Relatório de Auditoria	23

3

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras (SOE) E Cumprimento Das Cláusulas Contratuais De Caráter Contábil-Financeiro-Gerencial



Ao Senhor: Nilton Reis
Coordenador do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia –
BMZ 2003 66 658

Examinamos as Demonstrações Financeiras - Solicitações de Desembolso Simplificado - SOE nºs 01, do SFB, e 05 e 06 do ICMBio, referentes ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro 2016, e a respectiva Nota Explicativa, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas e o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro gerencial do Acordo de Doação nº 2003 66 658, correspondente ao *"Projeto Gestão Florestal para Produção Sustentável na Amazônia"*, executado pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade, financiado por meio de doação com recursos do Banco Alemão KfW Bankengrupp.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os pagamentos do Projeto em 30 de outubro de 2016, de acordo com o critério contábil descrito nas Notas Explicativas.

Opinião sobre a adequabilidade dos pedidos de desembolso

Consideramos que os Pedidos de Desembolso (SOE) acima referidos e as informações que os suportam, juntamente com os controles e procedimentos internos utilizados para elaborá-los, são razoavelmente confiáveis para sustentar as solicitações ao Banco Alemão KfW Bankengrup, para o reembolso dos gastos incorridos, os quais são elegíveis para financiamento de acordo com os requisitos estabelecidos no Acordo de Doação nº 2003 66 658.

Opinião sobre o cumprimento das cláusulas contratuais

Em nossa opinião, o Serviço Florestal Brasileiro e o ICMBio vêm adequadamente cumprindo, no que se refere aos aspectos mais relevantes, as cláusulas e disposições de caráter contábil, financeiro e gerencial do Acordo de Doação nº 2003 66 658, bem como das principais leis e disposições nacionais aplicáveis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com a Instrução Normativa SFC nº 01/2001, com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e os requerimentos específicos do Banco KfW. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada *"Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações*

1000.



financeiras". Somos independentes em relação ao Projeto auditado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Conduta Profissional do Servidor da CGU, e cumprimos com as demais responsabilidades definidas nesse Código. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o seguinte:

- **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** a nota explicativa 2016 (Nota 2) descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a administração do Projeto a demonstrar o cumprimento das disposições do Acordo de Doação acima mencionado. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

Responsabilidades da Administração e dos encarregados pela governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Projeto Gestão Florestal é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as cláusulas do Acordo de Doação nº 200366 658, estabelecendo diretrizes para elaboração de relatórios financeiros, o que inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável nas circunstâncias, e pelos controles internos julgados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os encarregados pela governança são responsáveis por supervisionar o processo de elaboração e divulgação das informações financeiras do Projeto.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria de acordo com as normas de auditoria, nós exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante toda a auditoria. Nós também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fornecer uma base para a opinião do auditor. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de

Uma



fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Em nossa auditoria nos comunicamos com os responsáveis pela governança com relação, entre outras questões, ao alcance e à época planejados da auditoria e às descobertas significativas de auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas nos controles internos que tenhamos identificado durante a auditoria.

Brasília, 16 de maio de 2017.

Larissa Barbosa
LARISSA BARBOSA MEDEIROS COSTA
Analista de Finanças e Controle



De: Serviço Florestal Brasileiro - SFB
AV. L 4 Norte, Trecho 2, Bloco G
Brasília - DF CEP: 70.818-900

Brasília, 07 de Novembro de 2016

KfW Bankengruppe
Departamento TM a
Postfach 11 11 41
D-60046 Frankfurt am Main

TM a Cooperação Financeira Oficial entre a Alemanha e Brasil
Contrato de Contribuição Financeira
EUR 15.000.00,00
Designação do projeto: Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia
Nº de referência do KfW BMZ 2003 66 658

Solicitação de Desembolso nº 001 - 2016
Modalidade de Reembolso Simplificado (SOE)

De conformidade com os contratos/as relações de bens e serviços dos/das quais lhes enviamos cópias, os seguintes bens/serviços foram devidamente fornecidos/prestados e devem ser pagos:

Item	Nº	Finalidade	Contrato de Bens e Serviços	Nº/ Data	Montante	Data de	Taxa de	Montante em
		Nº	POA/2015		R\$	Pagamento	Câmbio dia	EURO
1.1 - Elaborar Projeto de Construção para 2 Unidades Regionais.								
1	1.1.1		Actus Empreendimentos Ltda - EPP - PROC: 02209.014214/2013-85 - 2016OB800122	NF 185 - Elaboração de Projeto Executivo para construção da SEDE da Unidade Regional Purus Madeira do SFB.	7.659,98	26/10/2016	3,4085	2.247,32
Subtotal					7.659,98			2.247,32
1.3 - Equipar 2 Unidades Regionais								
2	1.3.1		FIAT Chrysler Automóveis Brasil Ltda - PROC:02209.004137/2014-36 - 2016OB800003.	NF 3238689 - Aquisição de Veículo de Passeio - Unidade Regional Purus/Madeira.	34.873,00	08/04/2016	4,1501	8.402,93
3	1.3.1		FIAT Chrysler Automóveis Brasil Ltda - PROC:02209.004137/2014-36 - 2016OB800002.	NF 3245252 - Aquisição de Veículo de Passeio -DFS da BR 163.	34.873,00	08/04/2016	4,1501	8.402,93
4	1.3.1		AUTOBRAND Comércio de Veículos Ltda - PROC: 02209.004137/2014-36 - 2016OB800008	NF 019988 - Aquisição de Veículo tipo Picape 4x4 - DFS da BR 163.	108.775,61	05/08/2016	3,5303	30.812,00
5	1.3.1		AUTOBRAND Comércio de Veículos Ltda - PROC: 02209.004137/2014-36 - 2016OB800009	NF 019989 - Aquisição de Veículo tipo Picape 4x4 - DFS da BR 163.	133.187,50	05/08/2016	3,5303	37.726,96
6	1.3.1		AUTOBRAND Comércio de Veículos Ltda - PROC: 02209.004137/2014-36 - 2016OB800010	NF 019989 - Aquisição de Veículo tipo Picape 4x4 - Unidade Regional Purus/Madeira.	134.890,00	05/08/2016	3,5303	38.209,21
7	1.3.1		AUTOBRAND Comércio de Veículos Ltda - PROC: 02209.004137/2014-36 - 2016OB8900094	NF 019988 - Aquisição de Veículo tipo Picape 4x4 - DFS da BR 163. (Saldo da nota)	24.411,89	28/09/2016	3,6376	6.710,99

**Subtotal**

471.011,00

130.265,01

3.1 - Desenvolver modelo de gestão do Centro de Capacitação em Manejo Florestal Sustentável e suas Unidades de Prática.

8	3.1.3	Joaquim Correa de Souza Belo - PROC:001070/16 - 2016OB800013	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
9	3.1.3	Katiuscia Amanda Fernandews do Nascimento - PROC: 001063/16 - 2016OB800014	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
10	3.1.3	Maria Jocicleide Lima de Aguiar - PROC: 001104/16 - 2016OB800015	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
11	3.1.3	Paulo Augusto Lobato da Silva - PROC: 001080/16 - 2016OB800016	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
12	3.1.3	Hermogenes Jose de Oliveira - PROC: 001097/16 - 2016OB800017	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
13	3.1.3	Sandro José Lopes Pinheiro - PROC: 001096/16 - 2016OB800018	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
14	3.1.3	Tobias Brancher - PROC: 001124/16 - 2016OB800019	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
15	3.1.3	Iran Paz Pires - PROC: 001075/16 - 2016OB800012	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
16	3.1.3	Paulo Ivan Lima de Andrade - PROC: 001113/16 - 2016OB800020	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	17/08/2016	3,6324	26,15
17	3.1.3	Alcir Rodrigues Borges - PROC: 001081/2016 - 2016OB800026	Diárias período 22/08/2016 a 26/08/2016	95,00	18/08/2016	3,6512	26,02
18	3.1.3	Banco do Brasil - PROC: 02209.001564/2016-24 - 2016OB801555	Aquisição de passagens Aéreas para realização de evento no período de 22 a 26/08/2016	34.972,82	12/09/2016	3,6898	9.478,24
19	3.1.3	Fullbless Eventos Ltda - PROC: 02000.001105/2016-87 - 2016OB801808	Pagamento das Notas fiscais 584 e 585, referente a prestação de serviço pára realização da Oficina de Estudo de Mercado e Gestão do CDFS - Período: 22 a 26/08/2016 Contrato 04/2016.	42.106,25	26/10/2016	3,4085	12.353,30
20	3.1.4	Adriano Alex Santos e Rosario - PROC:1531/2016 - 2016OB800082	Diárias período 26/09/2016 a 29/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
21	3.1.4	Eduardo White Pontes da Costa - PROC: 1524/2016 - 2016OB800083	Diárias período 26/09/2016 a 30/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
22	3.1.4	Hanairton Cavalcante - PROC: 1533/2016 - 2016OB800084	Diárias período 26/09/2016 a 29/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
23	3.1.4	Jarde da Silva Freitas - PROC: 1522/2016 - 2016OB800085	Diárias período 27/09/2016 a 29/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
24	3.1.4	Josiany Dantas da Mota - PROC: 1535/2016 - 2016OB800086	Diárias período 26/09/2016 a 30/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
25	3.1.4	Marcio Aurélio Dantas Ferreira - PROC:1543/2016 - 2016OB800088	Diárias período 26/09/2016 a 29/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
26	3.1.4	Moacyr Araujo Silva - PROC:1529/2016 - 2016OB800089	Diárias período 27/09/2016 a 29/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
27	3.1.4	Nadiele Pereira Pacheco - PROC: 1525/2016 - 2016OB800090	Diárias período 26/09/2016 a 30/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
28	3.1.4	Nelson Felipe de Albuquerque Lins Neto - PROC:1530/2016 - 2016OB800091	Diárias período 26/09/2016 a 30/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
29	3.1.4	Raquel Aguiar da Silva - PROC: 1534/2016 - 2016OB800092	Diárias período 26/09/2016 a 30/09/2016	95,00	26/09/2016	3,6521	26,01
30	3.1.4	Fabio Alexandre Oti Menini - PROC: 1528/2016 - 2016OB800093	Diárias período 26/09/2016 a 30/09/2016	95,00	27/09/2016	3,6267	26,19
31	3.1.4	Banco do Brasil - PROC: 02209.001564/2016-24 - 2016OB801776	Aquisição de passagens Aéreas para realização de evento no período de 26 a 30/09/2016	8.799,52	10/10/2016	3,5845	2.454,88
32	3.1.4	Fullbless Eventos Ltda - PROC: 02000.001214/2016-02 - 2016OB801820	Pagamento das Notas fiscais 597 e 598, referente a prestação de serviço pára realização da Oficina de Estudo de Mercado e Gestão do CDFS - Porto Velho - Período: 26 a 30/09/2016 Contrato 04/2016.	29.773,70	27/10/2016	3,4317	8.676,08
33	3.1.4	Banco do Brasil - PROC: 02209.001564/2016-24 - 2016OB801865	Aquisição de passagens Aéreas para realização de evento no período de 26 a 30/09/2016	7.418,38	01/11/2016	3,5383	2.096,59
Subtotal				125.065,67			35.606,62
3.5 - Estruturar e viabilizar o desenvolvimento e a realização das capacitações em práticas de atividades florestais sustentáveis.							
34	3.5.6	Sandro Silva de Lima - PROC: 1384/2016 - 2016OB800049	Diárias período 19/09/2016 a 24/09/2016	265,50	20/09/2016	3,6360	73,02
35	3.5.6	Antonio Oliveira de Andrade - PROC:1390/2016 - 2016OB800051	Diárias período 20/09/2016 a 24/09/2016	265,50	20/09/2016	3,6360	73,02
36	3.5.6	Rosenilce dos Santos Vitor - PROC: 1392/2016 - 2016OB800053	Diárias período 19/09/2016 a 25/09/2016	442,50	20/09/2016	3,6360	121,70



37	3.5.6	Edilena Cristina Teixeira de Oliveira - PROC:1393/2016 - 2016OB800054	Diárias periodo 20/09/2016 a 25/09/2016	354,00	20/09/2016	3,6360	97,36
38	3.5.6	Joelma da Silva Santos - PROC: 1394/2016 - 2016OB800055	Diárias periodo 19/09/2016 a 24/09/2016	265,50	20/09/2016	3,6360	73,02
39	3.5.6	Gerson Galvão Gomes - PROC: 1407/2016 - 2016OB800056	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	608,30	20/09/2016	3,6360	167,30
40	3.5.6	Diego Vaz de Caldas - PROC: 1450/2016 - 2016OB800057	Diárias periodo 19/09/2016 a 24/09/2016	449,00	20/09/2016	3,6360	123,49
41	3.5.6	Silvia Cibele Silva de Lima - PROC: 1438/2016 - 2016OB800078	Diárias periodo 19/09/2016 a 24/09/2016	449,00	21/09/2016	3,6184	124,09
42	3.5.6	Banco do Brasil - PROC: 02209.001564/2016-24 - 2016OB801777	Aquisição de passagens Aéreas para realização de evento no período de 20 a 24/09/2016	9.563,40	10/10/2016	3,5845	2.667,99
43	3.5.6	Fullbless Eventos Ltda - PROC: 02000.001050/2016-13 - 2016OB801804	Pagamento das Notas fiscais 588 e 589, referente a prestação de serviço pára realização do evento Curso em Manejo Sustentável para Multiplicadores para o DFS da BR-163 Período: 20 a 24/09/2016 Contrato 04/2016	41.515,50	25/10/2016	3,3879	12.254,05
44	3.5.7	Marcos dos Santos Silva - PROC: 1256/2016 - 2016OB800028	Diárias periodo 11/09/2016 a 15/09/2016	95,00	12/09/2016	3,6898	25,75
45	3.5.7	Viviane Junqueira dos Santos - PROC: 1273/2016 - 2016OB800029	Diárias periodo 12/09/2016 a 15/09/2016	95,00	12/09/2016	3,6898	25,75
46	3.5.7	Banco do Brasil - PROC: 02209.001564/2016-24 - 2016OB801777	Aquisição de passagens Aéreas para realização de evento no período de 11 a 15/09/2016	16.637,03	10/10/2016	3,5845	4.641,38
47	3.5.7	Fullbless Eventos Ltda - PROC: 02000.001105/2016-87 - 2016OB801805	Pagamento das Notas fiscais 586 e 587, referente a prestação de serviço pára realização do evento Oficina de Elaboração dos Planos Pedagógicos dos cursos de capacitação com interface florestal para o DFS da BR-163 Período: 11 a 15/09/2016 Contrato 04/2016	21.315,50	25/10/2016	3,3879	6.291,65
48	3.5.8	Afranio Conceição da Silva - PROC: 1462/2016 - 2016OB800031	Diárias periodo 18/09/2016 a 25/09/2016	902,70	20/09/2016	3,6360	248,27
49	3.5.8	Antonio Carlos Nunes do Nascimento - PROC: 1465/2016 - 2016OB800034	Diárias periodo 19/09/2016 a 23/09/2016	401,20	20/09/2016	3,6360	110,34
50	3.5.8	Caio Fernando Modtkwski - PROC: 1457/2016 - 2016OB800035	Diárias periodo 20/09/2016 a 24/09/2016	300,90	20/09/2016	3,6360	82,76
51	3.5.8	Carlos Antonio Pantoja - PROC: 1476/2016 - 2016OB800036	Diárias periodo 20/09/2016 a 24/09/2016	300,90	20/09/2016	3,6360	82,76
52	3.5.8	Diogenes Revesse da Silva - PROC: 1459/2016 - 2016OB800037	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	200,60	20/09/2016	3,6360	55,17
53	3.5.8	Edileuza de Andrade - PROC: 1472/2016 - 2016OB800038	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	200,60	20/09/2016	3,6360	55,17
54	3.5.8	Eduardo de Oliveira Spirotto - PROC: 1452/2016 - 2016OB800039	Diárias periodo 21/09/2016 a 23/09/2016	100,30	20/09/2016	3,6360	27,59
55	3.5.8	Gilson Roberto Vasconcelos dos Santos - PROC: 1446/2016 - 2016OB800040	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	295,60	20/09/2016	3,6360	81,30
56	3.5.8	Alaide de Oliveira Carvalho - PROC: 1458/2016 - 2016OB800032	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	200,60	20/09/2016	3,6360	55,17
57	3.5.8	Gino Cesar Bacchi - PROC: 1454/2016 - 2016OB800041	Diárias periodo 21/09/2016 a 23/09/2016	100,30	20/09/2016	3,6360	27,59
58	3.5.8	Hidelk Dinarte Farias de Albuquerque - PROC: 1447/2016 - 2016OB800042	Diárias periodo 21/09/2016 a 24/09/2016	395,90	20/09/2016	3,6360	108,88
59	3.5.8	João Hilario Borges de Bastos - PROC: 1455/2016 - 2016OB800043	Diárias periodo 20/09/2016 a 24/09/2016	300,90	20/09/2016	3,6360	82,76
60	3.5.8	Leonardo Ribas Amaral - PROC: 1466/2016 - 2016OB800044	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	200,60	20/09/2016	3,6360	55,17
61	3.5.8	Marcelo Nogueira - PROC: 1464/2016 - 2016OB800045	Diárias periodo 20/09/2016 a 24/09/2016	300,90	20/09/2016	3,6360	82,76
62	3.5.8	Michelli Machado - PROC: 1460/2016 - 2016OB800046	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	200,60	20/09/2016	3,6360	55,17
63	3.5.8	Romano Alex Cardoso - PROC: 1461/2016 - 2016OB800047	Diárias periodo 20/09/2016 a 24/09/2016	300,90	20/09/2016	3,6360	82,76
64	3.5.8	Sheila Noele da Silva Moreira - PROC: 1468/2016 - 2016OB800048	Diárias periodo 20/09/2016 a 23/09/2016	200,60	20/09/2016	3,6360	55,17
65	3.5.8	Banco do Brasil - PROC: 02209.001564/2016-24 - 2016OB801777	Aquisição de passagens Aéreas para realização de evento no periodo de 20 a 24/09/2016	7.270,61	10/10/2016	3,5845	2.028,35



66	3.5.8	Fullbless Eventos Ltda - PROC: 02000.001050/2016-13 - 2016OB801822	Pagamento das Notas fiscais 595 e 596, referente a prestação de serviço para realização do evento Curso sobre Silvicultura de Espécies Nativas em Porto Velho Período: 20 a 24/09/2016 Contrato 04/2016	37.602,80	27/10/2016	3.4317	10.957,48
67	3.5.9	Amanda Cristina de Souza Viana - PROC: 1577/2016 - 2016OB800116	Diárias período 04/10/2016 a 06/10/2016	95,00	03/10/2016	3.6251	26,21
68	3.5.9	Ana Paula Cardoso Queiroz de Paiva - PROC: 1571/2016 - 2016OB800117	Diárias período 03/10/2016 a 07/10/2016	95,00	03/10/2016	3.6251	26,21
69	3.5.9	Hanairton Cavalcante - PROC: 1583/2016 - 2016OB800118	Diárias período 04/10/2016 a 06/10/2016	95,00	03/10/2016	3.6251	26,21
70	3.5.9	Josiany Dantas da Mota - PROC: 1569/2016 - 2016OB800119	Diárias período 03/10/2016 a 07/10/2016	95,00	03/10/2016	3.6251	26,21
71	3.5.9	Raquel Aguiar da Silva - PROC: 1568/2016 - 2016OB800120	Diárias período 03/10/2016 a 07/10/2016	95,00	03/10/2016	3.6251	26,21
72	3.5.9	Sebastiana Gama dos Santos Alencar - PROC: 1576/2016 - 2016OB800121	Diárias período 04/10/2016 a 06/10/2016	95,00	03/10/2016	3.6251	26,21
73	3.5.9	Fullbless Eventos Ltda - PROC: 02000.001213/2016-50 - 2016OB801821	Pagamento das Notas fiscais 593 e 594, referente a prestação de serviço para realização do evento Oficina de Elaboração dos Planos Pedagógicos dos cursos de capacitação em Porto Velho Período: 03 a 07/10/2016 Contrato 04/2016.	16.345,10	27/10/2016	3.4317	4.762,97
74	3.5.9	Banco do Brasil - PROC: 02209.001564/2016-24 - 2016OB801865	Aquisição de passagens Aéreas para realização de evento no período de 03 a 07/10/2016	6.908,80	01/11/2016	3.5383	1.952,58
Subtotal				165.922,14			47.966,93

4.1- Desenvolver o escopo e o modelo de gestão do Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas.

75	4.1.1	STCP Engenharia de Projetos Ltda - PROC: 02209.001152/2014-22 - 2016OB800123	NF 3663 - Referente ao Produto 2A Contrato 04/2014 - Estudo para Subsidiar a Implantação de Centro de Silvicultura de Espécies Nativas no DFS da BR 163.	90.783,06	26/10/2016	3.4085	26.634,31
			Subtotal	90.783,06			26.634,31

5.2 - Elaborar estudos de caracterização tecnológica de aproveitamento dos resíduos.

76	5.2.1	Lippel Metal Mecânica Ltda - ME - PROC: 02209.008909/2014-17 - 2016OB800004	NF 001.249 - Aquisição de Peletiadora	52.500,00	03/05/2016	4.0914	12.831,79
77	5.2.1	Labcontrol Instrumentos Científicos Ltda - PROC: 02209.003211/2014-05 - 2016OB800005	NF 003.182 - Aquisição de Analisador termo	285.000,00	17/05/2016	3.9725	71.743,22
78	5.2.4	Douglas Charles de Burgh Baly - PROC: 000921/16 - 2016OB800006	Diárias período 24/07/2016 a 29/07/2016	1.316,30	22/07/2016	3.6041	365,22
79	5.2.4	Money Turismo Ltda - PROC: 02209.007052/2016-71 - 2016OB800007	Fatura 00167166 - Passagens Aéreas	9.547,30	29/07/2016	3.6183	2.638,61
Subtotal				348.363,60			87.578,85
TOTAL GERAL				1.208.805,45			330.299,04



Solicitação de Desembolso Nº 01/2016 (Modalidade de Reembolso Simplificado)

Relação de Despesas

Nº de referência do KfW: 2003 66 658

Designação do Projeto: Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia

Período: 01/01/2016 a 01/11/2016

Nº/Finalidade	Montante Acordado POG	Montante Acordado POA/2016	Despesas executadas até 2015	Despesas executadas 2016	Despesas Totais	Montante a Executar do POA/2015	Montante a Desembolsar
	KfW € 1	KfW € 2	KfW € 3	KfW € 4	6 = (3+4)	KfW € 7 = (2-4)	KfW € 8 = (1-6)
1. Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	573.663,57	488.630,08	55.480,76	132.512,33	187.993,09	356.117,75	385.670,48
1.1 - Elaborar Projeto de Construção para 2 Unidades Regionais.	50.000,00	1.915,00	52.930,59	2.247,32	55.177,91	332,32	5.177,91
1.3 - Equipar 2 Unidades Regionais.	148.663,57	105.000,00	2.550,17	130.265,01	132.815,18	25.265,01	15.848,39
1.4 - Implantar sistema de telecomunicações das 2 Unidades Regionais.	375.000,00	381.715,08				381.715,08	375.000,00
3. Capacitação e extensão em atividades florestais sustentáveis.	1.055.350,57	142.625,00	15.868,01	83.573,55	99.441,56	59.051,45	955.909,11
3.1 - Desenvolver modelo de gestão do Centro de Capacitação em Manejo Florestal Sustentável e suas Unidades de Prática.	89.400,67	56.375,00		35.606,62	35.606,62	20.768,38	53.794,05
3.5 - Estruturar e viabilizar o desenvolvimento e a realização das capacitações em práticas de atividades florestais sustentáveis	965.950,00	86.250,00	15.868,01	47.966,93	63.834,94	38.283,07	902.115,06
4. Difusão de Sistemas de Produção Silvicultural com Espécies Nativas	120.000,00	63.458,28	46.238,58	26.634,31	72.872,89	36.823,97	47.127,11
4.1 - Desenvolver o escopo e o modelo de gestão do Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas.	120.000,00	63.458,28	46.238,58	26.634,31	72.872,89	36.823,97	47.127,11
5. Difusão Tecnológica para a Utilização de Resíduos Florestais para a Produção de Energia	583.218,58	200.625,00	80.050,77	87.578,85	167.629,62	113.046,15	415.588,96
5.2 - Elaborar estudos de caracterização tecnológica de aproveitamento dos resíduos.	383.333,33	200.625,00	39.164,12	87.578,85	126.742,97	113.046,15	256.590,36
5.4 - Implantar unidades industriais demonstrativas de tratamentos economicamente viáveis de resíduos florestais.	199.885,25	0,00	40.886,65		40.886,65		158.998,60
6. Coordenação do Projeto.	166.666,67	30.900,00	2.433,13		2.433,13	30.900,00	164.233,54
6.4 - Desenvolver e manter atividades de comunicação social interna e externa do Projeto.	166.666,67	30.900,00	2.433,13		2.433,13	30.900,00	164.233,54
TOTAL GERAL	2.498.899,49	926.238,36	200.071,25	330.299,04	530.370,29	595.939,32	1.968.529,20

Confirmamos que os bens e serviços não foram financiados por conta de subsídios ou empréstimos a longo prazo.

Brasília (DF), 10 de novembro de 2016.



Quadros Explicativos:

Prestação SFB

Item N°	N° Finalidade POA/2015	Contrato de Bens e Serviços	Nº/ Data de execução	Montante comprovado anteriormente na Solicitação de Desembolso 002/2015 R\$	Data de Pagamento	* Valor comprovado a maior na Solicitação de Desembolso 001/2016 R\$	Taxa de Câmbio utilizada pelo KfW no reembolso (04/01/2016) €	Valor a ser abatido da Solicitação de Desembolso 001/2016 €
52	3.5.5	PROC 02209.015133/2015-64 - Money Turismo Ltda - 2015OB800060	Fatura 00158011 - Passagens Aéreas	31.818,83	26/10/2015	1.235,36	4,313900	286,37

*O valor comprovado a maior na solicitação de Desembolso 002/2015 refere-se à comprovação em duplicidade do pagamento de passagens no valor de R\$1.235,36.

Prestação ICMBio

Item N°	N° Finalidade POA/2015	Contrato de Bens e Serviços	Nº/ Data de execução	Montante comprovado anteriormente na Solicitação de Desembolso 002/2015 R\$	Data de Pagamento	* Valor comprovado a maior na Solicitação de Desembolso 001/2016 R\$	Taxa de Câmbio utilizada pelo KfW no reembolso (04/01/2016) €	Valor a ser abatido da Solicitação de Desembolso 001/2016 €
45	2.4	PROC 007110/15 - FABIO DE SOUZA KIRCHPFENNIG	Diárias período 13/09/2015 a 18/09/2015	888,75	11/09/2015	337,05	4,313900	78,13
46	2.4	PROC 007203/15 - VITOR HUGO FERNANDES DE VASCONCELOS	Diárias período 13/09/2015 a 18/09/2015	888,75	11/09/2015	177,00	4,313900	41,03
48	2.4	PROC 007056/15 - MOACIR ALBERTO ASSIS CAMPOS	Diárias período 13/09/2015 a 18/09/2015	1.160,75	25/09/2015	177,00	4,313900	41,03

O valor a maior na solicitação de Desembolso 002/2015 refere-se à comprovação de diárias que foram devolvidas após a realização das viagens no valor total de R\$ 691,05.



De: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Complexo Administrativo Sudeste, SHCSW/EQSW 103/104, lt. 01, Módulo "B", torres 1,2 e 3
Brasília - DF CEP: 70.670-350

Brasília, 27 de outubro de 2016

KfW Bansengruppe
Departamento TM a
Postfach 11 11 41
D-60046 Frankfurt am Main

TM - a Cooperação Financeira Oficial entre a Alemanha e Brasil
Contrato de Contribuição Financeira
EUR 15.000.000,00
Designação do projeto: Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia
Nº de referência do KfW BMZ 2003 66 658

Solicitação de Desembolso nº 005
Modalidade de Reembolso Simplificado (SOE)

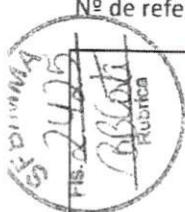
De conformidade com os contratos/as relações de bens e serviços dos/das quais lhes enviamos cópias, os seguintes bens/serviços foram devidamente fornecidos/prestados e devem ser pagos:

Item	Nº	Contrato de Bens e Serviços	Nº/ Data	Montante R\$	Data de pagto	Taxa de Câmbio €	Montante €
	Nº	Finalidade					
2.1 Demarcação de Flonas							
1	2.1	Contrato nº 54 - RCA Construções e Projetos LTDA	NFs 018 - Datada de 23/09/2015	165.524,25	12/02/2016	4,4921	36.847,850
2	2.1	Contrato nº 53 - Meridional Agrimensura LTDA - ME	NFs 151 - Datada de 17/02/2015	142.650,00	23/03/2016	4,0823	34.943,54
	2.1	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-153172(parte)/153147(parte)/153225(parte)/1532	4.677,50	18/07/2016	3,6152	1.293,84
3			29(parte)/153232(parte) datadas de 01/06/2016				
4	2.1	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-158804(parte)datadas de 01/07/2016	1.816,00	26/08/2016	3,6137	502,53
Subtotal				314.667,75			73.587,761
2.6 Implementar e efetuar a gestão nas FLONAs							
5	2.6	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-153184/55/51/97/153172(parte)/153146(parte)/153147(parte)/153235(parte)/153218/08/153225(parte)/153229(parte)/153232(parte) datadas de 01/06/2016	58.508,67	18/07/2016	3,6152	16.184,08
6	2.6	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-158804(parte)/158788(parte)/158769 datadas de 01/07/2016	18.339,40	26/08/2016	3,6137	5.074,96
Subtotal				76.848,07			21.259,04
2.7 Apoiar a Gestão Participativa das FLONAs [Conselhos Consultivos]							
7	2.7	OCL - SHOPPING Nº 001/2016 - FLONA CREPORI - 26/04/2016 - SOUZA E CAMPOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	NF-20160000000001 datada de 05/05/2015	952,00	07/06/2016	3,9436	241,40
8	2.7	OCL - SHOPPING Nº 002/2016 - FLONA CREPORI - 25/04/2016 - ITAFRIGO SUPERMERCADO LTDA-EPP	NFs-02337 datada de 12/05/2016	297,70	07/06/2016	3,9436	202,28
9	2.7	OCL - SHOPPING Nº 003/2016 - FLONA CREPORI - 26/04/2016 - E A CAMPOS - ME	NF-201600000000102 datada de 05/05/2015	2.520,00	30/06/2016	3,5414	711,58
10	2.7	OCL - SHOPPING Nº 001/2016 - FLONA ITAITUBA I e II - 07/05/2016 - E A DE CAMPOS - ME	NF-201600000000139 datada de 10/06/2016	700,00	14/07/2016	3,5894	195,02
11	2.7	OCL - SHOPPING Nº 002/2016 - FLONA ITAITUBA I e II - 08/05/2016 - E DE LIMA ORTIZ RESTAURANTES - ME	NF-0043 datada de 14/06/2016	285,00	14/07/2016	3,5894	79,40
12	2.7	OCL - SHOPPING Nº 001/2016 - FLONA CAXIUANÁ - 19/05/2016 - FERNANDO DO SOCORRO COSTA GOMES COMÉRCIO	NF-0681 datada de 20/05/2016	1.352,55	14/07/2016	3,5894	376,82
13	2.7	OCL - SHOPPING Nº 001/2016 - FLONA JACUNDÁ - 13/05/2016 - MARIA OCINA GOVÉA	NF- 256951/2016 (PARTE) datada de 17/05/2016	2.429,85	14/07/2016	3,5894	676,81
14	2.7	OCL - SHOPPING Nº 002/2016 - FLONA JACUNDÁ - 13/05/2016 - NASCIMENTO E CIA LTDA	NF-01034 datada de 13/05/2016	5.853,00	14/07/2016	3,5894	1.630,63
15	2.7	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-153146(parte)/153235(parte) datadas de 01/06/2016	4.432,00	18/07/2016	3,6152	1.225,93
16	2.7	OCL - SHOPPING Nº 001/2016 - FLONA JACUNDÁ - 13/05/2016 - MARIA OCINA GOVÉA	NF- 256961/2016 (PARTE) datada de 17/05/2016	4.234,64	27/07/2016	3,6069	1.174,04
17	2.7	OCL - SHOPPING Nº 001/2016 - FLONA BOM FUTURO - 28/04/2016 - HOTEL CARIBE LTDA	NF- 5854 datada de 07/06/2016	3.920,00	27/07/2016	3,6069	1.086,81
18	2.7	OCL - SHOPPING Nº 001/2016 - FLONA HUMAITÁ - 29/06/2016 - ROSENY DOS SANTOS	NF-0206 datada de 29/06/2016	1.432,00	27/07/2016	3,6069	397,02
19	2.7	OCL - SHOPPING Nº 002/2016 - FLONA HUMAITÁ - 29/06/2016 - LENIR T DA SILVA ME	NF- 8898 datada de 29/06/2016	540,00	27/07/2016	3,6069	149,71
20	2.7	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-158788(parte) datadas de 01/07/2016	1.890,00	26/08/2016	3,6137	523,01
21	2.7	OCL - SHOPPING Nº 003/2016 - FLONA JACUNDÁ - 13/05/2016 - CENTRO SOCIAL SÃO LUIZ GONZAGA	NF- 00003 datada de 20/05/2016	880,00	29/08/2016	3,6474	241,27
Subtotal				32.218,74			8.911,73
TOTAL GERAL				423.734,56			103.758,53



Solicitação de Desembolso Nº 005

Relação de Despesas



Nº de referência do KfW: 2003 66 658

Designação do Projeto: Gestão Florestal para a
Produção Sustentável na Amazônia

Período: 01/01/2016 até 30/08/2016

Nº/Finalidade	Montante Acordado	Despesas acumuladas até dezembro de 2015	Despesas no período de 01/01/2015 até 30/08/2016	Despesas Totais	Montante a Desembolsar
	KfW €	KfW €	KfW €		
2. Implementação de Florestas Nacionais	5.980.228,57	793.299,22	103.758,53	897.057,75	5.083.170,82
2.1 Demarcar os limites das FLONAs	2.799.514,29	184.184,36	73.587,76	257.772,12	2.541.742,17
2.2 Elaborar os Planos de Manejo das FLONAs	1.142.857,14	13.255,84	-	13.255,84	1.129.601,30
2.3 Elaborar Projetos de construção de sedes e infraestrutura em Flonas	64.285,71	-	-	-	64.285,71
2.4 Executar Construções de Sedes e infraestrutura em Flonas	675.000,00	-	-	-	675.000,00
2.5 Equipar Sedes e infraestrutura nas Flonas	759.285,71	437.804,63	-	437.804,63	321.481,08
2.6 Implementar e efetuar a gestão nas FLONAs	257.142,86	127.089,27	21.259,04	148.348,31	108.794,55
2.7 Apoiar a gestão participativa das FLONAs (Conselhos Consultivos)	96.428,57	19.342,01	8.911,73	28.253,74	68.174,83
2.8 Capacitar servidores das Flonas	185.714,29	11.623,11	-	11.623,11	174.091,18
TOTAL GERAL	5.980.228,57	793.299,22	103.758,53	897.057,75	5.083.170,82

Confirmamos que os bens e serviços não foram financiados por conta de subsídios ou empréstimos a longo prazo.

Brasília, 27 de outubro de 2016

BB



De: Instituto Cíntio Mendes de Conservação da Biodiversidade
Complexo Administrativo Sudoeste, SHCSW/EQSW 103/104, Lt. 01, Módulo "B", torres 1,2 e 3
Brasília - DF CEP: 70.670-350

Brasília, 27 de outubro de 2016.

KfW Bankengruppe
Departamento TM a
Postfach 11 11 41
D-60046 Frankfurt am Main

TM - a Cooperação Financeira Oficial entre a Alemanha e Brasil
Contrato de Contribuição Financeira

EUR 15.000.00,00

Designação do projeto: Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia
Nº de referência do KfW BMZ 2003 66 658

Solicitação de Desembolso nº 006
Modalidade de Reembolso Simplificado (SOE)

De conformidade com os contratos/as relações de bens e serviços dos/das quais lhes enviamos cópias, os seguintes bens/serviços foram devidamente fornecidos/prestados e devem ser pagos:

Item	Nº	Contrato de Bens e Serviços	Nº / Data	Montante R\$	Data de pagto	Taxa de Câmbio €	Montante €
2.1 Demarcação de Flonas							
1	2.1	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-164335(parte) datada de 01/08/2016	1.216,00	16/09/2016	3,6832	330,15
2	2.1	Contrato nº 56 - SRI de Abreu - ME	NF-237 datada de 19/04/2016	69.712,50	28/09/2016	3,6376	19.164,42
3	2.1	Contrato nº 52 - Terra Engenharia Soluções Ambientais Sustentáveis - Ltda	NF-010 datada de 28/07/2016	272.125,00	18/10/2016	3,4982	77.790,01
4	2.1	Contrato nº 54 - RCA Construções e Projetos LTDA	NF 025(PARTE)- Datada de 07/10/2016	130.473,94	18/10/2016	3,4982	37.297,45
5	2.1	Contrato nº 53 - Meridional Agrimensura LTDA - ME	NF 180(PARTE) - DATA 25/07/2017	122.037,08	18/10/2016	3,4982	34.885,68
6	2.1	Contrato nº 55 - SRI de Abreu - ME	NF 246- Datada de 06/10/2016	84.766,15	18/10/2016	3,4982	24.231,36
7	2.1	Contrato nº 53 - Meridional Agrimensura LTDA - ME	NF 180(PARTE) - DATA 25/07/2016	20.612,92	19/10/2016	3,4881	5.909,50
8	2.1	Contrato nº 54 - RCA Construções e Projetos LTDA	NF 025 (PARTE)- Datada de 07/10/2016	18.553,98	19/10/2016	3,4881	5.319,22
Subtotal				719.497,57			204.927,79
2.6 Implementar e efetuar a gestão nas FLONAs							
9	2.6	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NFs- 164342/03/11/48/39/07/09/01/164295/164335(parte) datadas de 01/08/2016	39.659,48	16/09/2016	3,6832	10.767,67
10	2.6	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NFs- 169691(parte)/159685(parte)/1699661/40/46/26 /169706/02/46/15 datadas de 01/09/2016	38.497,03	11/10/2016	3,5549	10.829,29
11	2.6	OCL-SHOPPING Nº 001/2016- FLONA PAU ROSA-16/09/2016 - JESSE FERREIRA DE PAULA	NF-500001 datada de 16/09/2016	900,00	17/10/2016	3,5137	256,14
Subtotal				79.056,51			21.853,10
2.7 Apoiar a Gestão Participativa das FLONAs (Conselhos Consultivos)							
12	2.7	OCL - SHOPPING Nº 002/2016 - FLONA MAPIÁ-INAUINI- 13/07/2016 - ANTONIO PEREIRA SENA-ME	NF-0191 datada de 22/07/2016	2.122,50	11/10/2016	3,5549	597,06
13	2.7	Contrato 49/2012 - 08/11/2012 - Nutricash Serviços Ltda	NF-159691(parte) datada de 01/09/2016	600,00	11/10/2016	3,5549	168,78
Subtotal				2.722,50			765,84
TOTAL GERAL				801.276,58			227.546,73

86



Solicitação de Desembolso Nº 006

Relação de Despesas

Nº de referência do KfW: 2003 66 658

Designação do Projeto: Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia

Período: 31/08/2016 até 25/10/2016

Nº/Finalidade	Montante Acordado	Despesas acumuladas até dezembro de 2015	Despesas no período de 01/01/2016 até 30/08/2016	Despesas no período de 31/08/2016 até 25/10/2016	Despesas Totais	Montante a Desembolsar
	KfW €	KfW €	KfW €	KfW €	KfW €	KfW €
2. Implementação de Florestas Nacionais	5.980.228,57	793.299,22	103.758,53	227.546,73	1.124.604,48	4.855.624,09
2.1 Demarcar os limites das FLONAs	2.799.514,29	184.184,36	73.587,76	204.927,79	462.699,91	2.336.814,38
2.2 Elaborar os Planos de Manejo das FLONAs	1.142.857,14	13.255,84	-	-	13.255,84	1.129.601,30
2.3 Elaborar Projetos de construção de sedes e infraestrutura em Flonas	64.285,71	-	-	-	-	64.285,71
2.4 Executar Construções de Sedes e infraestrutura em Flonas	675.000,00	-	-	-	-	675.000,00
2.5 Equipar Sedes e infraestrutura nas Flonas	759.285,71	437.804,63	-	-	437.804,63	321.481,08
2.6 Implementar e efetuar a gestão nas FLONAs	257.142,86	127.089,27	21.259,04	21.853,10	170.201,41	86.941,45
2.7 Apoiar a gestão participativa das FLONAs (Conselhos Consultivos)	96.428,57	19.342,01	8.911,73	765,84	29.019,59	67.408,98
2.8 Capacitar servidores das Flonas	185.714,29	11.623,11	-	-	11.623,11	174.091,18
TOTAL GERAL	5.980.228,57	793.299,22	103.758,53	227.546,73	1.124.604,48	4.855.624,09

Confirmamos que os bens e serviços não foram financiados por conta de subsídios ou empréstimos a longo prazo.

Brasília, 27 de outubro de 2016

**Ministério do Meio Ambiente – MMA
Serviço Florestal Brasileiro - SFB
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -
ICMBio
Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na
Amazônia - BMZ 2003 66 658**



**NOTA EXPLICATIVA
EXERCÍCIO: 2016**

Brasília - DF, Março 2016

NOTA - 1. DESCRIÇÃO DO PROJETO



Definição e Objetivo

Em 14/05/2008 foi assinado, entre o Governo da República da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, o Acordo de Cooperação Financeira Oficial, aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 700, de 07/10/2009 sendo o marco da cooperação financeira bilateral entre os dois governos.

O Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, faz parte do Acordo de Cooperação Financeira e consiste em ações para a implementação da política nacional de gestão florestal na região de influência da BR-163 e na região Purus-Madeira, em particular, em categorias de Unidade Conservação (UC) de uso sustentável denominada de Floresta Nacional (FLONA), com objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas na Amazônia Legal com base no uso sustentável dos recursos florestais.

A execução do Projeto, fica a cargo do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. O orçamento total do projeto ao longo de quatro anos de execução previsto é de €36.411.214,29 (trinta e seis milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e quatorze Euros e vinte e nove centavos). Desse total, o KfW, por meio de uma doação ao Projeto Gestão Florestal, contribui com €15.000.000,00 (quinze milhões de Euros). A contrapartida não financeira do governo brasileiro no valor de €21.411.214,29 (vinte um milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e quatorze Euros e vinte e nove centavos) é custeado com recursos financeiros alocados ao PPA e outros recursos federais.

Para a execução das atividades previstas ao longo, dispõem da assessoria do consórcio IP Consult/NIRAS/Detzel *Consulting* como consultoria ao Projeto desde agosto/2014.

NOTA 2 – POLÍTICA CONTÁBIL ADOTADA

Para o controle das operações realizadas à conta do Contrato de Doação são utilizados formulários específicos de registros e acompanhamento, os quais espelham os pagamentos efetuados, permitindo que sejam demonstradas as despesas realizadas em cada elemento.

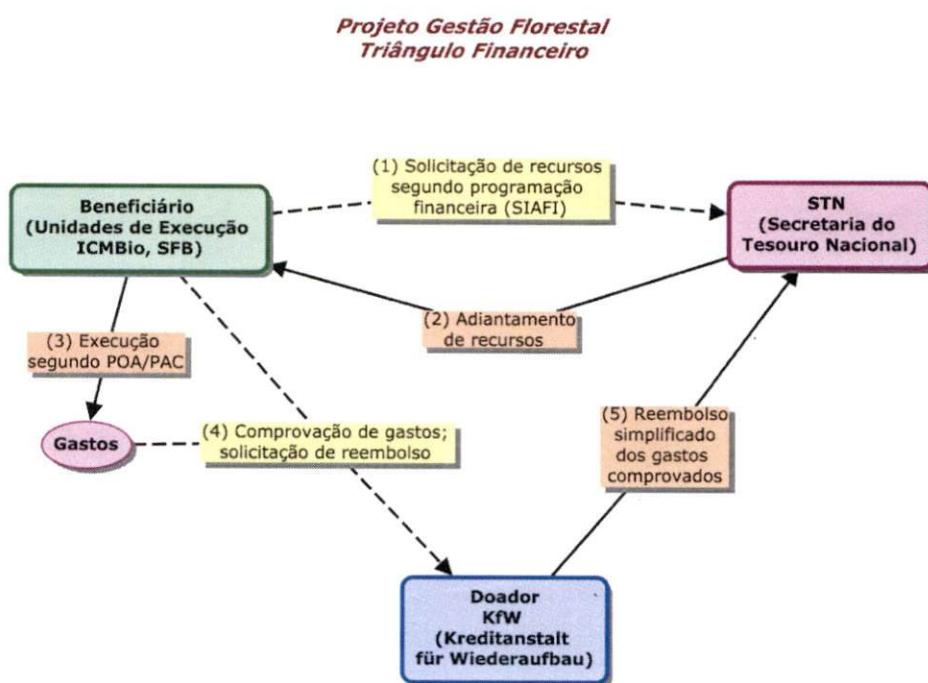
	Responsabilidade
Serviço Florestal Brasileiro – SFB (GEPLAN)	<p>Atividades:</p> <p>Ficou a cargo do SFB, a execução dos Componentes 1, 3, 4, 5 e 6 e a Coordenação Executiva do Projeto, uma vez que o SFB é o Executor, conforme Acordo de Doação.</p> <p>Componente 1 - Estrutura regional do SFB.</p> <p>Componente 3 - Capacitação e extensão em atividades florestais sustentáveis.</p> <p>Componente 4 - Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas.</p> <p>Componente 5 - Difusão tecnológica para o aproveitamento de resíduos florestais com fins energéticos e outros produtos.</p> <p>Componente 6 - Coordenação do Projeto.</p>
ICMBio (DIMAN)	<p>Atividades:</p> <p>Ficou a cargo do ICMBio, a execução do Componente 2.</p> <p>Componente 2 - Implementação de Florestas Nacionais.</p>

NOTA 3 – PROCEDIMENTOS FINANCEIROS E CONVERSÃO DA MOEDA

A execução do Projeto é realizada por meio de adiantamento de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional que será reembolsada pelo Banco KfW mediante prestação de contas do projeto, desde que estejam em conformidade com as modalidades de reembolso acordado, e com as normas do KfW.

A conversão da moeda é feita pela taxa de câmbio do dia do pagamento.

Fluxo Financeiro



Elaborado: IP-Consult / NIRAS / Detzel Consulting, 02/2016

NOTA 4 – CATEGORIAS DE INVERSÃO

As aplicações no Projeto durante o exercício de 2016 montam o valor de EURO 661.604,30 (Seiscentos e Sessenta e Um Mil, Seiscentos e Quatro Euros e

[Assinatura]



Trinta Centavos), referente a conta designada e na forma de pagamento direto o valor de EURO 609.944,18 (Seiscentos e Nove Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Euros e Dezoito Centavos) sendo:

Executor/Co-executor	Valor (Euro)
Serviço Florestal Brasileiro	330.299,04
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	331.305,26
Consultoria (Pagamento Direto)	609.944,18
Total	1.271.548,48

Anexo, Execução financeira do Projeto.

NOTA 5 – AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Conforme consta no Item 1.1.10 do Relatório nº: 201600012, referente ao exercício 2015, temos:

- Foi solicitado por meio do Ofício nº 13/2016/DCM/SFB/MMA, o reembolso a menor no valor de EURO 446,56(Quatrocentos e Quarenta e Seis Euros e Cinquenta e Seis Centavos), deste valor, EURO 286,37 (duzentos e Oitenta e Seis Euros e Trinta e Sete Centavos) diz respeito ao SFB e EURO160,19 (Cento e Sessenta Euros e Dezenove Centavos) do ICMBio. Para isto, levou-se em consideração a taxa de câmbio utilizada pelo KfW no dia do reembolso a Secretaria do Tesouro Nacional, por este motivo a divergência de valores entre o considerado no relatório de auditoria/2015 (taxa de câmbio dia do pagamento).
- Pelo ICMBio, foi solicitado por meio do Ofício SEI nº 163/2016 – DIMAN/ICMBio, que fosse reembolsado a menor o valor de EURO 169,46 (Cento e Sessenta e Nove Euros e Quarenta e Seis Centavos), no entanto, foi solicitado a KfW reembolsar o valor de EURO160,19 (Cento Sessenta Euros e Dezenove Centavos) levando-se em consideração a taxa de câmbio utilizada pelo KfW no dia do reembolso à Secretaria do Tesouro Nacional. Este valor diz respeito a diárias pagas no exercício/2015 e devolvidas em 2016.

NOTA 6 – CONTRAPARTIDA DO PROJETO

A Contrapartida do Projeto é Não Financeira, estas são apresentadas pelo executor e co-executor do projeto na elaboração do POA de cada exercício.

No caso do Serviço Florestal Brasileiro, a metodologia adotada foi apresentada por meio do Ofício nº 03/2015/GEPLAN/SFB/MMA, que contou com não objeção do KfW quando a aprovação do POA/2016.

No caso do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, foram apresentados os valores conforme POA/2016.

NOTA 7 – OUTRAS NOTAS CONSIDERADAS CIRCUNSTANCIAIS

7.1 - No início do exercício 2015, a matriz do projeto foi atualizada por meio do Plano Operativo Geral – POG, que teve sua aprovação pelo Comitê Estratégico em 18/12/2014 e não objeção dada pelo Doador em conjunto com o Plano Operativo Anual e Plano de Aquisições e Contratos em 28/04/2015 (Anexo Ata do Comitê Estratégico e Não Objeção do KfW).

7.2 – O Projeto solicitou sua prorrogação de prazo de execução para 31/12/2018 e foi atendido conforme Recomendação nº 01/0276 de 19/10/2016.

NOTA 8 – PAGAMENTO DIRETO

8.1- Conforme constatado no Item 1.1.2.2 do Relatório nº: 201600012, no que diz respeito a “Ausência de registro contábil no SIAFI dos valores pagos diretamente pelo KfW para consultoria de apoio à Gestão do Projeto”, temos a informar:

- Foram realizadas reuniões com a Secretaria do Tesouro Nacional visando sanar a falta de registros contábeis, conforme cópias de lista de presença anexo;
- O Serviço Florestal Brasileiro solicitou crédito suplementar em 11/05/2016, por meio do Memorando nº 7/2016/GEPLAN/DCM/SFB/MMA e este foi reiterado pelo Memorando nº 10/2016/GEPLAN/DCM/SFB/MMA em 20/06/2016;
- O crédito suplementar foi publicado em 21/12/2016, Seção 1 do Diário Oficial da União
- Após o ingresso o orçamento específico, a Coordenação Executiva do Projeto, encaminhou Memorando nº 14/2016/GEPLAN/DCM/SFB/MMA em 21/12/2016 à Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Finanças, solicitando o devido registro contábil no SIAFI dos valores pagos diretamente pelo KfW para Consultoria de apoio ao Projeto;
- A Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Financeira, fez as Notas de Empenho (NE), no entanto, no momento de fazer as Notas de Lançamento (NL) no SIAFI, este apresentou inconsistência.
- O assunto vem sendo tratado com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).
- Isto pode ser verificado no Processo nº 02209.023071/2016-45.

8.2- No Exercício 2016 foram desembolsados em favor do consórcio:



Data	Valor (Euro)
02/02/2016	117.500,00
24/05/2016	117.500,00
19/09/2016	10.457,50
20/09/2016	117.500,00
25/10/2016	6.110,00
27/10/2016	117.500,00
30/12/2016	117.500,00
30/12/2016	5.876,68
Total	609.944,18

Brasília (DF), 10 de março de 2017.

Nilton Reis Batista Junior
Gerente Executivo de
Planejamento Florestal



PREM133G SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil 18/01/2017
E1200579 Controle de Contas Especiais 15:30:58
----- Extrato de Conta de Principal ----- Pag.: 001/001
KFW0366658 - KFW - META
Credor.: KFW Conta: 00.394.460 Período: 01.01.2016 a 31.12.2016
Agencia: 1608-X - GECEX BRASILIA Moeda: 978 EUR EURO

Data	Lancamento	Valor Lancamento	Saldo na
	Historico/Seque.	na moeda da conta	moeda da conta
31.12.2015	Saldo anterior		0,00 C
17.02.2016	RECOMP 00004	234.222,27 C	234.222,27 C
18.02.2016	RECOMP 00005	120.686,95 C	354.909,22 C
15.12.2016	RECOMP 00006	661.157,74 C	1.016.066,96 C

F3 Retorna F5 Encerra F6 Imprime F7 Pag.Ant F8 Prox.Pag



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO N°: 201604728

UCI: SFC/DI/CGIMA - Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente

EXERCÍCIO: 2016

UNIDADE AUDITADA: Serviço Florestal Brasileiro - SFB

CIDADE: Brasília

UF: DF

RELATÓRIO DE AUDITORIA

I – INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201604728, e consoante o estabelecido na Seção VII do Capítulo VII da Instrução Normativa SFC nº 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – BMZ 2003 66 658”, firmado mediante Contrato de Contribuição Financeira e de Execução, em 16/12/2011, e Acordo em Separado, entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Banco Alemão KfW Bankengrupp, com base no Acordo de Cooperação Financeira Oficial, assinado em 14/05/2008, entre o Governo da República da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 700, de 07/10/2009, e por Decreto Presidencial. A auditoria compreendeu atos e fatos de gestão praticados no período de 01º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

II – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Executora, em Brasília - DF, no período de **13/03/2017** a **24/03/2017**, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

- a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;





b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;

c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;

d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;

e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas. Os critérios de seleção e a representatividade das amostras de gastos que foram aplicados pela equipe estão a seguir indicados:

- Diárias e Passagens: foram gastos € 31.281,86 com diárias e passagens, o que representa cerca de 4,7 por cento dos gastos totais do Projeto em 2016. Foram solicitados para análise seis processos de diárias e dois processos de pagamento de passagens, selecionados em função da materialidade, no valor total de € 15.269,69, o que representa aproximadamente 48% desse tipo de gasto.
- Processos licitatórios: foram realizadas análises sobre três processos licitatórios, um na modalidade pregão e dois na modalidade shopping, selecionados aleatoriamente, equivalendo a aproximadamente 32 % das licitações realizadas no período, perfazendo o montante total de € 72.596,42.
- Pagamento de Bens e Serviços: foram realizadas análises sobre doze processos de pagamentos, selecionados pelos critérios de materialidade, equivalendo a aproximadamente 42 % dos pagamentos do período, perfazendo o montante total de € 172.296,83.
- Contratação de Serviços de Consultoria: ao longo do exercício de 2016 não houve contratação de consultoria. Entretanto, está previsto o apoio de alguns consultores de curto prazo no âmbito do contrato firmado com a consultoria externa de apoio à gestão. Esse tipo de gasto não é objeto de análise da equipe de auditoria.
- Gerenciamento de Bens Patrimoniais: no exercício de 2016 foram adquiridos cinco veículos e duas máquinas no valor total de € 214.840,03. A amostra analisada representou 33% do total desse tipo de gasto.
- Comprovante de Gastos: durante o exercício de 2016 foram declarados gastos no valor de € 661.604,30, referente a despesas no âmbito dos Componentes 1 a 5. A nossa amostra representou aproximadamente 39 % por cento do valor declarado no exercício de 2016.



O Projeto não prevê a descentralização de recursos razão pela qual esse assunto não será abordado neste Relatório.

Foi dado conhecimento formal dos resultados do presente trabalho de auditoria à direção do Projeto, cuja manifestação foi incorporada ao presente Relatório de Auditoria.

III – RESULTADO DOS EXAMES

1 RECURSOS EXTERNOS

1.1 OUTROS AGENTES FINANCIADORES

1.1.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Resultados apresentados pelo Projeto.

Fato

O Projeto "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia - BMZ 2003 66 658" tem como objetivo a promoção da gestão de florestas nacionais e o fomento do uso sustentável dos recursos florestais no Distrito Florestal Sustentável da BR - 163 e na Região Purus-Madeira. A finalidade do Projeto é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas da Amazônia Legal. Para tanto foi estimado um custo total de €36.4 milhões, sendo de até €15 milhões a contribuição a título de doação proveniente do KfW.

O Projeto iniciou suas atividades em janeiro de 2013 com duração inicialmente estimada de quatro anos, entretanto, devido ao atraso na sua implementação, o Projeto foi prorrogado até dezembro de 2018.

O órgão executor do Projeto é o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o co-executor, o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Em relação às Unidades responsáveis, os seis componentes previstos no Acordo estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro —Componentes do projeto

Componentes do Projeto	Unidade Responsável
Componente 1 - Fortalecimento Institucional do SFB	SFB
Componente 2 - Implementação de Florestas Nacionais – FLONAs	ICMBio
Componente 3 - Treinamento e Capacitação para o Manejo Florestal	SFB
Componente 4 - Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas	SFB
Componente 5 - Difusão tecnológica para a utilização de resíduos florestais para a produção de energia	SFB
Componente 6 - Coordenação do Projeto	SFB

Fonte: Acordo de Doação

Até a data de 31 de dezembro de 2016, foram reembolsados pelo KfW recursos da

ordem de € 2.844.032,30, equivalentes a 18,9% do valor previsto para o financiamento. A contrapartida do Projeto é não financeira e é apresentada pelos executores na elaboração do Plano Operativo Anual - POA de cada exercício. Em 2016, o POA foi aprovado pelo KfW no dia 30 de maio de 2016.

As tabelas a seguir demonstram o resumo da execução por órgão executor e o percentual de execução nos últimos anos:

Tabela - Valor executado

Órgão executor	Valor do Acordo	Valor executado até 2016 (EUROS)	Percentual de execução (%)
SFB	6.873.382,43	511.927,82	7,45
ICMBio	5.980.228,57	1.124.604,48	18,81
KfW – Desembolso Direto (Consultoria)	2.146.389,00	1.207.500,00	56,26
TOTAL	15.000.000,00	2.844.032,30	18,96

Fonte: Planilha Orçado x Executado, encaminhado pela Unidade.

Tabela - previsão x execução por ano

ANO	% DE EXECUÇÃO
2013	5,24
2014	11,08
2015	14,18
2016	18,96

Conforme se verifica nos quadros acima, até o momento o Projeto não conseguiu atingir um bom nível de execução das atividades programadas. O item a seguir deste Relatório detalha como foi a execução no exercício examinado.

1.1.1.2 INFORMAÇÃO

Baixa execução física e financeira no exercício examinado

Fato

Para avaliar a execução física e financeira no exercício de 2016, analisou-se: a planilha de monitoramento trimestral elaborada pela consultoria de apoio à gestão, referente a dezembro de 2016 (acumulado); os processos constantes da amostra selecionada; e as verificações *in loco* procedidas pela equipe de auditoria. Como resultado constatou-se que no exercício examinado houve baixa execução física e financeira.

É importante ressaltar que o Relatório de Progresso não foi considerado tendo em vista que o que foi encaminhado engloba apenas até fevereiro de 2016. De acordo com a

Unidade, o Relatório de Progresso referente ao exercício de 2016 ainda está em elaboração.

A tabela a seguir demonstra o que foi planejado e o que foi executado em 2016, por componente:

Tabela: execução x planejamento

Componente	Planejado (euros)	Executado (euros)	% de execução
1	956.339,14	132.512,33	13,8
2	1.689.610,25	331.305,26	19,6
3	172.625,00	83.573,55	48
4	100.958,28	26.634,31	26,4
5	262.625,00	87.578,85	33,3
6	545.900,00	235.000,00	43
TOTAL	3.728.057,67	896.604,30	24 %

Fonte: Anexo – 08 Relatório Trimestral – 12-2016

Conforme se verifica da tabela acima a execução financeira ficou bem abaixo do planejado em todos os componentes.

No que se refere a execução física, também houve pouco avanço no exercício examinado. As principais atividades realizadas estão detalhadas no quadro a seguir:

Quadro: principais atividades executadas em 2016

Componente	Atividades executadas
1	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão do Projeto Arquitetônico referente a construção da obra da UR Purus Madeira, que teve início em 2014; - Aquisição de veículos para unidades regionais.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação do processo de demarcação das Flonas; - Implementação da gestão das Flonas (pagamento de manutenção e combustível de veículos); - Apoio aos Conselhos Consultivos das Flonas.
3	Realização de oficinas (pagamento de empresa de eventos, diárias e passagens).
4	Pagamento do produto 2A, referente ao Centro de Silvicultura.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de equipamentos (Peletizadora e do Analisador Térmico); - Reunião com o representante do New York Botanical Garden (NYBG), sobre a sistematização da Xiloteca.
6	Apoio à gestão do Projeto.

Fonte: 8º Relatório Trimestral

Por outro lado, o quadro a seguir detalha as atividades previstas no POA que não foram executadas:

Quadro: atividades previstas e não executadas.

Componente	Atividades previstas e não executadas

1	- Construção das unidades regionais; - Aquisição de equipamentos de telecomunicação.
2	- Elaboração dos Planos de Manejos das Flonas; - Elaboração do inventário florestal; - Aquisição de equipamentos para as Flonas; - Capacitação dos servidores da Flona.
4	Elaboração do projeto de construção do Centro de Difusão;
5	Realização de ensaios de caracterização tecnológica das amostras de resíduos florestais.

Fonte: 8º Relatório Trimestral

Além disso, o Projeto ainda tem diversas atividades, que não estavam previstas no POA 2016, mas que precisam ser executadas até o fim da vigência do Projeto, ou seja, até 2018, tais como:

Componente 1:

- Adquirir e instalar os equipamentos mobiliários e de TI nas Unidades Regionais;
- Implantar o Sistema de Telecomunicação.

Componente 2:

- Executar construções de 2 Sedes e infraestrutura em 3 FLONAs.

Componente 3:

- Construir e equipar o Centro de Capacitação;
- Implantar as Unidades de Prática de atividades florestais sustentáveis.
- Estruturar e viabilizar o desenvolvimento e a realização das capacitações em atividades florestais sustentáveis.

Componente 4:

- Construir Centro de Difusão.
- Equipar o Centro de Difusão e Áreas Experimentais de Silvicultura com Espécies Nativas.

Componente 5:

- Implantar unidades industriais demonstrativas de tratamentos economicamente viáveis de resíduos florestais.
- Difundir técnicas economicamente viáveis de tratamento industrial de resíduos florestais.

Diante do exposto acima verifica-se que estão previstas várias obras no Projeto cujas licitações ainda nem foram iniciadas. Considerando a complexidade da licitação, execução e fiscalização dessas obras, conclui-se que a situação é extremamente delicada.

Quanto a baixa execução em relação às atividades do componente 2 o ICMBio apresentou as seguintes informações:

“Informo que apesar de não finalizados algumas atividades, conforme apontado no relatório, a Divisão de Projetos Especiais - DPES e demais coordenações gerais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio iniciou os processos para elaboração dos planos de manejo das Florestas Nacionais Bom Futuro e Jatuarana. No entanto, no procedimento de solicitação de não objeção, pelo doador, nos foi recomendado que o processo de inventário florestal fosse realizado conjuntamente. A partir de então, reiniciamos as reuniões entre o Serviço Florestal Brasileiro e a equipe da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo - COMAN para a construção conjunta de termo de referência e demais documentos. Este fato foi o responsável pelo atraso da execução desta atividade.

Ainda no mesmo item, não houve aquisição de todos os itens previstos nos equipamentos em decorrência da morosidade dos trâmites administrativos, que impossibilitaram as compras e contratações serem realizadas no ano de 2016. Sobre a capacitação, em decorrência dos cortes orçamentários sofridos pelo ICMBio e da impossibilidade do pagamento de diária e passagem para os servidores no âmbito do projeto, não houve disponibilidade de recursos orçamentários que viabilizassem o planejamento e execução de capacitações.

Já as atividades que não estavam no Plano Operativo Anual - POA 2016, mas que precisam ser executadas até 2018, informo que em relação as obras, a DPES vem trabalhando, em conjunto com a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN, na elaboração do projeto básico, minuta de edital e contrato, além de solicitação da não objeção junto ao doador e demais processos necessários.”

Em relação aos demais componentes, o SFB apresentou a manifestação a seguir:

“O Serviço Florestal Brasileiro completou em 2017 onze anos de criação. O contrato de contribuição financeira com o banco KfW foi assinado em dezembro de 2011. Portanto, ainda na fase de estruturação institucional. Várias ações foram concluídas no processo de amadurecimento institucional. Dentre elas podemos destacar a nomeação dos primeiros concursados, analistas e técnicos, para o SFB. Também é relevante mencionar que a Doação foi a primeira experiência institucional de gerenciamento de projeto financiado com recursos internacionais. Outra singularidade apresentada aos gestores do projeto foi que os pagamentos com a fonte 0195 (recursos KfW) só podem ser realizados até 31 de outubro de cada ano. Portanto, o SFB necessitou ajustar seus processos internos ao novo cenário apresentado para a gestão do projeto. Esses desafios hoje encontram-se compatibilizado com a cultura organizacional do Serviço Florestal Brasileiro.

O Projeto, na sua fase inicial, de 1 de janeiro de 2013 até 26 de agosto de 2014, funcionou sem apoio de uma consultoria permanente, POG e POAs. Isso conjugado ao esforço para a concepção do melhor arranjo institucional para execução das atividades previstas nos Componentes 3, 4 e 5 consumiu tempo e contribuiu significamente para o atraso na execução.

Os processos de elaboração de projetos e construções envolvem fatores externos ao SFB. O fator mais relevante, que impactou o cronograma, foi a demora para a

aprovação dos projetos juntos aos órgãos regionais competentes, sendo eles as secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, corpo de bombeiro, secretaria municipal de transito, IPHAN, concessionárias locais de água e energia e prefeituras. Dada a quantidade de licenças e o número de aprovações para a finalização do projeto executivo e obtenção das licenças de construção foi necessário postergar o lançamento do edital de contratação da executora da obra.

Quanto aos riscos que poderão afetar o término do Projeto em 2018 e medidas mitigadoras que estão sendo tomadas, informamos que a construção das bases físicas e instalação do sistema de comunicação das sedes das Unidades Regionais de Purus Madeira e DFS BR 163 (SFB) contam com editais em fase final de elaboração, com previsão de publicações até o início do segundo semestre de 2017. Para dar maior celeridade aos processos foi contratado Consultor de Curto Prazo pela consultoria internacional de apoio ao projeto. Referente ao componente 02, o processo de construção da Sede de Itaituba/PA encontra-se em fase de Não Objeção pelo Banco. A Construção da Sede de Humaitá/AM encontra-se em fase de doação do Terreno por parte do IBAMA para o ICMBio, no entanto, já foi solicitado Não Objeção ao banco para utilização do Contrato de engenharia e fiscalização do ICMBio. A reforma da sede da Flona Pau Rosa/AM está na fase de adequação do projeto executivo para realização da cotação de preços.

A definição institucional de unificar as atividades dos componentes 3 e 4, com a construção de um único Centro de Capacitação para o Desenvolvimento Florestal Sustentável, a fim de suportar as ações previstas em ambos componentes, deve acelerar a execução destas atividades. Em relação ao componente 5, também espera-se que os estudos de usos potenciais dos resíduos, como matéria-prima para a fabricação de compostos de madeira-plástico sejam concluídos nos próximos dois semestres. O processo de contratação da consultoria que desenvolverá os estudos, já foi encaminhado para não objeção do KfW.

Reiteramos que a Coordenação Executiva realiza reuniões mensais na busca de identificar eventuais problemas, suas causas e possíveis ajustes que permita alcançar a plenitude de execução e, dessa forma, atingir os objetivos do projeto tempestivamente.”

Pelas informações apresentadas, constata-se que, embora o nível de implementação do Projeto ainda esteja baixo, as Unidades executoras, juntamente com a consultoria contratada para apoiar a gestão, estão adotando providências para superar as dificuldades que surgem e executar as atividades previstas no Acordo de Doação de forma tempestiva. Não obstante esse esforço, considerando que a conclusão do Projeto está prevista para dezembro de 2018 e que a boa performance de implementação do Projeto é uma condição imposta pelo KfW para a realização dos desembolsos até essa data, é necessário um empenho ainda maior das Unidades Executoras visando dar celeridade aos processos iniciados.

1.1.2 Acompanhamento de Recomendações da CGU

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Atendimento parcial das recomendações da CGU.



Fato

Foram apresentadas, pela direção do projeto, as providências e/ou justificativas relativas às recomendações formuladas pela CGU em exercícios anteriores, sendo o resultado da análise procedida pela equipe de auditoria apresentado a seguir:

Nº do Relatório de Auditoria/Exercício: 201600012, exercício de 2015.

Item do Relatório: 1.1.1.2

Nº e Texto da Recomendação: 001 - Que a Unidade elabore o relatório de progresso, conforme determina o Acordo em Separado.

Providências Informadas pelo Projeto: *Em 03/08/2016 foi encaminhado ao KfW o 1º Relatório de Progresso do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, em anexo, em formato digital.*

Análise da Equipe: Em anexo foi encaminhado o Relatório de Progresso, portanto a recomendação foi atendida.

Situação atual: Atendida.

Item do Relatório: 1.1.1.3

Nº e Texto da Recomendação: 001 - Que a Coordenação do Projeto (Comitê Estratégico, Coordenação Executiva e Unidades de Execução), juntamente com a consultoria de apoio à gestão, realize uma avaliação para identificação dos problemas existentes, suas causas e a definição de um plano de ação que permita ao projeto alavancar sua execução e, dessa forma, atingir seus objetivos tempestivamente.

Providências Informadas pelo Projeto:

“A Coordenação Executiva realizou reuniões mensais de acompanhamento com os responsáveis pelos componentes do projeto. A elaboração do POA/2017 foi realizada de forma participativa com a equipe envolvida na execução do projeto. Visando melhorar o fluxo de informação foi lançada a revista “Gestão Florestal” em janeiro de 2017, em anexo, em formato digital.”

Posteriormente, em resposta ao Relatório Preliminar, o Projeto acrescentou as seguintes informações:

“Em atendimento à recomendação do item 1.1.1.3 do Relatório Preliminar de Auditoria nº 20160012, de 11/05/2016, foi encaminhado à CGU, Ofício nº 137/2016/GAB/SFB/MMA, em anexo, o qual informou que a Coordenação Executiva apresentaria plano de ação com cronograma de ações para aprovação do POA e PAC/2017, calendário de reuniões da Coordenação Executiva e cronograma para a renovação do contrato de doação.

Dando continuidade ao atendimento da referida recomendação, foi encaminhado o Ofício nº 8/2016/GEPLAN/SFB/MMA, em anexo, com a identificação de 18 processos prioritários, cronograma e pré-pautas das reuniões da Coordenação Executiva e



cronogramas das atividades necessárias para a aprovação do POA/PAC 2017 e prorrogação do Contrato de Doação.

Por fim, na busca de melhor detalhar e esclarecer as ações de identificação dos problemas existentes, suas causas e possíveis soluções, encaminhamos, em anexo, Plano de Ação com a exposição dos esforços dessa coordenação na busca do cumprimento dos objetivos e resultados acordados no tempo previsto da vigência do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia (31 de dezembro de 2018)."

Análise da Equipe: O Plano de Ação foi elaborado e encaminhado a esta CGU, portanto considera-se atendida a recomendação.

Situação atual: Atendida.

Item do Relatório: 1.1.2.2

Nº e Texto da Recomendação: Solicitar junto à Secretaria do Tesouro Nacional as orientações necessárias para proceder à contabilização no SIAFI das faturas pagas à empresa de consultoria de apoio à gestão.

Providências Informadas pelo Projeto: "A Coordenação Executiva participou de reuniões com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional visando sanar a falta de registros contábeis, conforme cópias de listas de presença anexas. O Serviço Florestal Brasileiro solicitou crédito suplementar em 11/05/2016, por meio do Memorando nº 7/2016/GEPLAN/DCM/SFB/MMA e este foi reiterado pelo Memorando nº 10/2016/GEPLAN/DCM/SFB/MMA em 20/06/2016. O crédito suplementar foi publicado em 21/12/2016, Seção 1 do Diário Oficial da União. Após ingresso do orçamento específico, a Coordenação Executiva do Projeto, encaminhou Memorando nº 14/2016/GEPLAN/DCM/SFB/MMA, em 21/12/2016, à Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Finanças, solicitando o devido registro contábil no SIAFI dos valores pagos diretamente pelo KfW para a Consultoria de apoio ao Projeto. A Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Financeira, emitiu as Notas de Empenho (NE), no entanto, no momento de fazer o lançamento das Notas de Lançamento (NL) no SIAFI, este apresentou inconsistência. O assunto vem sendo tratado com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Isto pode ser verificado no Processo nº 02209.023071/2016-45 do SFB."

Análise da Equipe: Considera-se atendida a recomendação pois a Unidade já solicitou as orientações recomendadas, entretanto, é preciso envidar esforços para solucionar a inconsistência verificada de forma a solucionar o problema identificado.

Situação atual: Atendida.

Item do Relatório: 1.1.8.2

Nº e Texto da Recomendação: 001 - Que, após a entrega dos produtos, seja feito um estudo criterioso sobre a viabilidade da implantação do Centro de Silvicultura no local de abrangência do projeto.

Providências Informadas pelo Projeto: "O contrato com a STCP encontra-se em execução. Atualmente o produto 3 do contrato, o qual inclui análise de cenários para

implantação do Centro encontra-se em revisão pelos fiscais do contrato, o que será objeto de formalização de detalhamento quanto aos aspectos institucionais e de sustentabilidade econômica do mesmo. Além disto, encontra-se previsto no POA 2017 a elaboração de um plano de negócio para o Centro. Entendemos que os relatórios elaborados pela STCP e o plano de negócios são subsídios necessários a tomada de decisão institucional quanto à forma mais adequada de implementação do Centro na região da BR 163. Ressaltamos, por fim, que a implantação do Centro nesta região encontra-se em consonância com as seguintes atribuições institucionais do SFB: 'coordenar a implantação dos centros de desenvolvimento florestal', 'apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais...', 'apoiar e fomentar a implantação de plantios florestais e de sistemas agroflorestais em bases sustentáveis', e 'apoiar e incentivar a recuperação de vegetação nativa e a recomposição florestal', dentre outras."

Posteriormente, em resposta ao Relatório Preliminar, o Projeto acrescentou as seguintes informações: "O produto 3 será entregue e pago até final de maio de 2017. Com base neste produto final, será contratado a realização de um Plano de Negócios para o Centro. Espera-se que a contratação para elaboração seja efetivada em agosto deste ano. O produto final da consultoria da STPC, e o Termo de Referência referente a realização do Plano de Negócio do Centro poderá ser encaminhado a Auditoria tão logo os mesmos estejam concluídos."

Análise da Equipe: Considerando que ainda está em andamento a entrega do produto 3 do contrato da STCP e considerando que o Plano de Negócios para o Centro de Silvicultura ainda será elaborado, mantém-se a recomendação para acompanhamento da conclusão das providências citadas.

Situação atual: Atendida parcialmente.

Item do Relatório: 1.1.8.2

Nº e Texto da Recomendação: 002 - Que, em relação aos estudos feitos em Paragominas/PA, a unidade informe de que forma aproveitará os produtos já entregues pela empresa contratada, apresentando um plano de ação, ou apure a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erário.

Providências Informadas pelo Projeto:

"Em 03 de março de 2017, após tratativas de formalização de parceria com o Estado do Pará no âmbito das atividades inerentes à Regularização Ambiental de imóveis rurais, bem como das ações de silvicultura de espécies nativas que possuem interface com a agenda, foi realizado um ciclo de reuniões da Diretoria de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro e o IDEFLOR-BIO, SEMA/PA e Programa Municípios Verdes com a presença da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Paragominas - PA, quando foram informados os resultados do Produto 1 e Produto 2A da consultoria, em andamento pelo componente 4 do projeto KfW-Gestão Florestal.

Ao contextualizar e apresentar o histórico do projeto, foram engendrados esforços de harmonizar a atuação do SFB e do Estado do Pará, a partir do alinhamento técnico-operacional para o estabelecimento de um acordo de cooperação técnica que

disponibilizará o uso e aplicação, bem como manterá um repositório único de documentos e relatórios desenvolvidos no âmbito dos projetos do SFB e do Governo do Pará que possuam atividades técnicas em agendas únicas.

Nesse bojo estará disponível até 14 de abril de 2017 para uso do Município de Paragominas e demais parceiros do Estado do Pará, a consulta e aplicação dos estudos, após uma oficina de apresentação detalhadas dos trabalhos para nivelamento quanto às expectativas de aplicação dos produtos 1 e 2A, gerados pela consultoria inerente a elaboração de um Modelo de Gestão para a instalação de um centro de silvicultura de espécies nativas.

O estudo também subsidiará a construção da agenda de trabalho do SFB no apoio ao estado do Pará, na implementação dos Programas de Regularização Ambiental.”

Posteriormente, em resposta ao Relatório Preliminar, o Projeto acrescentou as seguintes informações:

“A reunião ocorrida no dia 03 de março de 2017, foi uma reunião de dirigentes e gestores (Diretor e Gerente Executiva do SFB, Presidente do IDEFLOR-Bio, Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Paragominas/PA, Secretário do Programa Municípios Verdes) e teve natureza de articulação institucional, não tendo sido realizada ata de reuniões ou lista de presença, mas apenas estabelecidos os encaminhamentos que darão origem as atividades integradas a serem realizadas colaborativamente entre o SFB e um conjunto de instituições do Governo do Estado do Pará, tais como a SEMAS/PA, o IDEFLOR-BIO, o PMV, e a SEMMA/Paragominas. Como dos encaminhamentos, temos a remessa dos produtos elaborados pela STPC, como subsídios a implementação de Centro de Difusão de Silvicultura como uma estratégia de implementação do Programa Municípios Verdes e do Programa de Recuperação Ambiental no estado do Pará, conforme consta, em anexo, Ofício 75/2017DFI/SFB/MMA, de 26 de abril de 2017.”

Análise da Equipe: Por meio do Ofício 75/2017, enviado em anexo, verificou-se que o Projeto encaminhou à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paragominas o estudo sobre a criação do Centro de Difusão de Silvicultura de Espécie Nativas e informou que, tão logo conclua o produto referente ao modelo de gestão e operação do Centro, o encaminhará para subsidiar as discussões para construção da parceria. Dessa forma, considerando que as tratativas ainda não foram efetivas, mantém-se a recomendação para acompanhamento da sua conclusão.

Situação atual: Não atendida.

1.1.3 Avaliação de Controles Internos

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

Melhora nos Controles Internos do projeto

Fato

Neste item procurou-se avaliar, tendo como base as informações apresentadas pelas unidades executoras, os relatórios trimestrais de acompanhamento da empresa de

consultoria contratada e a análise dos processos constante da amostra, se os controles internos adotados pelo projeto são adequados para o desempenho das atividades previstas no Acordo.

Conforme já relatado, a execução do Projeto é de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro - SFB e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade —ICMBio. Além disso, desde 2014 foi contratada pelo KfW uma equipe de consultoria permanente para apoiar o Projeto.

Além das duas unidades executoras a coordenação do projeto conta com um comitê estratégico e uma coordenação executiva. A composição inicial da coordenação do projeto foi publicada no D.O.U. nº. 137, de 18 de julho de 2013, entretanto, por meio das Portarias nº 77, de 18 de março de 2016 e nº 537, de 20 de dezembro de 2016, houve alterações na composição da coordenação. Além disso, em 2016, também houve a alteração da composição da unidade de execução do ICMBio por meio da Portaria nº 656, de 13 de outubro de 2016.

Conforme mencionado no relatório de auditoria do exercício anterior, no que concerne ao comitê estratégico, constatou-se que três dos cinco postos previstos ficaram sem representantes no período de outubro de 2015 até 18 de março de 2016. Além disso, o Projeto ficou sem coordenador executivo de agosto de 2015 até 18 de março de 2016. Tal situação prejudicou as atividades em 2015 e também em 2016, principalmente, com a demora na aprovação do PAC e do POA.

Houve também mudança de grande parte do comitê estratégico durante o exercício de 2016, tanto por parte dos representantes da Secretaria Executiva quanto do ICMBio. É preciso relatar que as constantes mudanças nas instâncias de coordenação do Projeto prejudicam as decisões a serem tomadas e consequentemente o andamento do Projeto.

Por outro lado, considera-se, em função das reuniões realizadas com as unidades executoras e os consultores da consultoria contratada para apoiar a gestão, que as mudanças ocorridas contribuíram para uma melhora na comunicação e na sinergia entre as unidades executoras. Essa melhora na comunicação foi relatada nos Relatórios Trimestrais da Consultoria de Apoio à Gestão e, certamente, deverá contribuir para um avanço na execução do Projeto a partir de 2017.

Quanto à força de trabalho disponível nas unidades executoras do Projeto, o SFB informou que não houve mudanças na equipe, já o ICMBio ressaltou que houve mudanças institucionais e, que em agosto de 2016, o projeto passou a ser acompanhado pela Divisão de Projetos, na qual a equipe passou a trabalhar com outros projetos além do projeto Gestão Florestal. De acordo com o ICMBio a nova equipe, que ficou composta de dois analistas, quatro técnicos administrativos e dois terceirizados, é suficiente para execução das atividades e metas prevista no acordo em separado.

Do ponto de vista dos procedimentos de controles existentes, verificou-se que ainda não foi aprovado o Manual Operativo do Projeto, embora, de acordo com informações da Unidade, ele tenha sido elaborado. A importância da existência Manual Operativo já foi relatada pela auditoria no relatório anterior.

Por fim, no que se refere ao monitoramento do Projeto, considera-se que houve uma melhora com a realização do Relatório de Progresso e a participação mais efetiva da equipe de consultoria contratada no ICMBio. Entretanto, é necessário avançar na

identificação dos riscos existentes, atuando preventivamente para minimizar esses riscos, como por exemplo, no caso da licitação realizada para contratação de solução de VOIP e vídeo conferência para o SFB, onde a licitação teve que ser cancelada devido a diversas irregularidades identificadas pelo TCU. Tal situação contribuiu para um atraso na execução dessa atividade e poderia ter sido evitada com um monitoramento mais efetivo da Coordenação do Projeto. Além disso foram verificadas fragilidades nos controles internos relacionados à concessão de diárias e passagens, conforme demonstra item específico deste Relatório.

Diante do exposto, considera-se que, no exercício examinado, houve uma melhora em alguns aspectos do controle interno com a recomposição do comitê estratégico; a realização de reuniões regulares com as unidades executoras e a equipe de consultoria; a melhora na comunicação entre as unidades executoras; e a aproximação do ICMBio com a equipe de consultoria permanente. Por outro lado, em outros aspectos não houve muito avanço, como na conclusão do Manual Operativo e na celeridade das licitações realizadas.

1.1.4 Avaliação e Monitoramento Externo

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Atendimento da recomendação do TCU.

Fato

Constatou-se a existência de determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) expedidas ao projeto durante o exercício objeto de nossos exames. O quadro a seguir demonstra quais foram as determinações e as providências adotadas para o seu cumprimento:

Nº do Documento encaminhado	Descrição da Determinação	Providências adotadas pelo projeto	Status de Atendimento
Ofício nº 2387/2016 - TCU/Selog, de 23/11/2016	Para que o SFB, se pronuncie, por meio de oitiva, no prazo de 5 dias úteis, sobre os indícios de irregularidades no pregão nº 23/2016.	Anulou o pregão eletrônico (DOU do dia 03/01/2017) e informou ao TCU por meio do Ofício nº 05/2017/GAB/SFB/MMA, do dia 05/01/2017.	Dá-se como atendida a determinação, considerando que por meio do Acórdão TCU nº 2567/2017 - 2.

	<p>Encaminhe os estudos técnicos preliminares, contendo as justificativas para as especificações técnicas da solução definida no edital do Pregão Eletrônico n° 23/2016, o estudo de mercado, apontando os potenciais fornecedores que teriam produtos capazes de atender às especificações técnicas definidas, e o levantamento de preços realizado para definir os preços estimados de cada item do pregão.</p>		<p>Câmara o Tribunal arquivou o processo.</p>
	<p>Apresente a designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas junto ao TCU.</p>		

Embora tenha sido considerado atendida a determinação do TCU, é preciso ressaltar que o Projeto não atendeu no prazo determinado. Além disso, no Acórdão TCU n° 2567/2017 o Tribunal fez outras recomendações ao Projeto, dentre as quais, a de que na realização do próximo certame o TCU seja previamente avisado, e que cópia do edital e do contrato seja encaminhado àquele Tribunal. O atendimento das recomendações do Acórdão TCU n° 2567/2017 será analisado na próxima auditoria.

Nossos exames incluíram ainda a verificação sobre a existência, no exercício auditado, de recomendações decorrentes de missões de monitoria ou avaliação do Banco KfW. Sobre o assunto o Projeto informou que não houve reunião do KfW caracterizada como missão e que ocorreram apenas reuniões informais, que não tiveram a necessidade de registro em ata.

1.1.5 Cumprimento de Cláusulas Contratuais

1.1.5.1 INFORMAÇÃO

Adequado cumprimento das Cláusulas Contratuais

Fato

Verificou-se o adequado cumprimento, pelas Unidades Executoras do projeto, das cláusulas de caráter contábil-financeiro-gerencial do Acordo de Doação.

1.1.6 Comprov. de Gastos junto ao Agente Financeiro

1.1.6.1 INFORMAÇÃO

Adequabilidade dos Pedidos de Desembolso

Fato

Analisou-se as solicitações de desembolso nº 01 do SFB, no valor de € 330.299,04, e a de nº 05 e 06 do ICMBio, nos valores de € 103.758,53 e € 227.546,73, respectivamente, apresentados ao Banco durante o exercício objeto de nossos exames, e, por amostragem, de forma integrada aos respectivos processos de aquisição e pagamento, as despesas neles informadas, sendo constatado, que essas despesas:

- i) estavam apoiadas em documentação original comprobatória;
- ii) tiveram sua conversão para moeda da operação efetivada corretamente, considerando a data do pagamento;
- iii) são elegíveis para alocação ao programa e para financiamento do Banco, com exceção do apontado nos itens 1.7.2, 1.1.9.2 e 1.1.10.2 deste Relatório; e,
- iv) foram aplicadas em atendimento às finalidades do Programa.

Em relação à conversão da moeda, é importante ressaltar que, embora o KfW (e-mail do dia 05 de janeiro de 2016) tenha informado que os reembolsos deveriam ser feitos com base no câmbio atual do dia da transferência do reembolso, quanto às SOEs apresentadas em 2016, o KfW reembolsou o Projeto utilizando a taxa de câmbio do dia do pagamento da respectiva despesa.

1.1.7 Demonstrações Financeiras

1.1.7.1 INFORMAÇÃO

Demonstrações Financeiras adequadas

Fato

A execução do Projeto é realizada por meio de adiantamento de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e, após o envio e aprovação da Prestação de Contas pelo KfW, é realizado reembolso na Conta Especial à disposição da STN/KfW.

No âmbito do projeto as demonstrações financeiras básicas são realizadas na modalidade de Reembolso Simplificado, conforme previsto no Anexo 6 do Acordo em Separado. Dessa forma o Projeto apresenta ao KfW, como prestação de contas, as Solicitações de Desembolso Simplificado - SOEs e a Relação de Despesa referente a essas solicitações. As SOEs espelham os pagamentos efetuados no exercício, com exceção dos pagamentos realizados à consultoria de apoio à gestão, cuja contratação foi

realizada na modalidade de desembolso direto, ou seja, sem trânsito pela Conta Especial (Anexo 6 do Acordo em Separado).

Em 2016 foi encaminhada ao Banco uma prestação de contas, por meio do Ofício nº 13/2016/DCM/SFB/MMA, de 10 de novembro de 2016, no valor de € 661.604,30 (R\$ 2.433.816,59). A referida prestação de contas englobou a Solicitação de Desembolso nº 01 do SFB e as de número 05 e 06 do ICMBio. É importante ressaltar que o KfW reembolsou o valor de € 661.157,74, em função de ajuste referente ao exercício de 2015.

Quanto ao documento “Relação de Despesa”, referente à SOE 01/2016, verificou-se uma divergência na coluna que relaciona as “Despesas Executadas até 2015” nos componentes do SFB. O total de acordo com o que foi reembolsado seria € 159.184,60, entretanto, o total dessa coluna indica € 200.071,25. De acordo com a Unidade, esse documento não será mais utilizado em função de que os próximos pedidos de reembolso serão feitos apenas em reais.

Da análise das citadas Solicitações de Desembolso Simplificado e da Nota Explicativa apresentada verificou-se que os referidos documentos foram devidamente formalizados e refletem, em seus aspectos mais relevantes, os aportes de recursos e a execução das despesas em conformidade com as categorias de gastos e componentes programáticos do projeto, com exceção do relatado nos itens 1.1.7.2, 1.1.9.2 e 1.1.10.2 deste Relatório.

1.1.7.2 CONSTATAÇÃO

Divergências verificadas nas SOES com os registros do SIAFI

Fato

Comparando os valores pagos ao Banco do Brasil, na SOE 01 do SFB, com os lançamentos de empenhos pagos ao Banco do Brasil, em consulta ao Tesouro Gerencial, verificou-se uma diferença de R\$ 616,93.

Comparando também os valores das demais SOEs com os registrados no SIAFI, por meio das Ordens Bancárias, verificou-se as seguintes divergências:

Quadro: SIAFI x SOE

BENEFICIÁRIO	SOE	SIAFI	DIFERENÇA (SOE – SIAFI)
RCA CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA – EPP	314.552,17	310.081,33	4.470,84
BANCO DO BRASIL SA	91.570,55	98.228,77	- 6.658,22
E A CAMPOS – ME	3.220,00	5.740,00	- 2.520,00

Fonte: Consulta Projetos Externos - SIAFI

Dessa forma foi solicitado ao Projeto que identificasse o motivo das divergências verificadas.

Causa

Falhas pontuais no lançamento do SIAFI e no registro das SOEs.



Manifestação da Unidade Examinada

A manifestação da Unidade para cada situação verificada está relatada a seguir:

“Realmente quando da finalização da prestação de contas, não se observou que o valor de R\$ 616,93 foi estornado, ou seja, ele foi creditado no empenho 2016NE800444. Portanto, na próxima prestação de contas deverá ser encaminhado ao KfW um valor a menor em R\$616,93.”

“.. informo que a divergência de R\$ 4.470,84 (quatro mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) para empresa RCA CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA – EPP foi devido a um pagamento feito ao Banco do Brasil, ordem bancária 2016OB807544, para recolhimento do ISS da nota fiscal. A empresa não apresentou o comprovante de pagamento do imposto, sendo recolhido no momento do pagamento (anexo).”

“...a divergência da E. A. CAMPOS – ME ocorreu em decorrência de um problema no SIAFI. A Coordenação Geral de Finanças e Contabilidade - CGFIN do ICMBio já foi informada e está adotando as medidas necessárias. Apesar de ter sido cancelado o primeiro pagamento realizado a essa empresa, em alguns relatórios emitidos pelo SIAFI, há a demonstração de pagamento em duplicidade. Em anexo estão as ordens bancárias do cancelamento, a cancelada e a do novo pagamento efetuado.”

“Em 10/10/2016 foi emitida a OB801776 no valor de R\$ 10.986,89. A comprovação SOE (item 31 – R\$ 8.799,52) só refletiu parte da OB. A diferença de R\$ 2.187,37 era referente à uma despesa não elegível do Projeto. O ajuste foi executado com a devolução dos recursos à conta do projeto pela NL002799.”

SIAFI (OB's)			Comprovação SOE - Banco do Brasil		
12/09/2016	OB801555	34.972,82		34.972,82	item 18
10/10/2016	OB801776	10.986,89		8.799,52	item 31
10/10/2016	OB801777	33.471,04		9.563,40	item 42
				16.637,03	item 46
				7.270,61	item 65
01/11/2016	OB801865	14.327,18		7.418,38	item 33
				6.908,80	item 74
08/11/2016	NL002799	-	2.187,37		
			91.570,56	91.570,56	

Análise do Controle Interno

Quanto as divergências verificadas em relação a empresa RCA e ao Banco do Brasil, o Projeto apresentou informações que esclarecem as situações identificadas.

No que concerne as outras duas divergências, o Projeto terá que adotar providências para solucioná-las, conforme recomendação a seguir.

Recomendações:



Substituir na próxima SOE o valor de R\$ 616,93 e realizar os ajustes no SIAFI referente ao valor de R\$ 2.520,00 lançado em duplicidade.

1.1.8 CONTROLES PATRIMONIAIS

1.1.8.1 INFORMAÇÃO

Controles patrimoniais adequados

Fato

No exercício examinado houve a aquisição de bens apenas por parte do SFB. Foram adquiridos cinco veículos para utilização nas Unidade Regionais e dois equipamentos (uma máquina peletiadora e um analisador termogravimétrico) para utilização no Laboratório de Produtos Florestais – LPF. Todos os bens adquiridos estavam previstos no POA/2016.

Em relação aos bens localizados no LPF, verificou-se, em inspeção física que eles estão sendo utilizados nas atividades do Projeto.

1.1.9 Gerenciamento dos deslocamentos

1.1.9.1 INFORMAÇÃO

Impropriedades identificadas nos gastos com diárias e passagens

Fato

Quanto à amostra analisada, verificou-se que as despesas referentes à concessão de diárias e passagens se deram em cumprimento de atividades previstas no projeto, entretanto, constatou-se impropriedades relacionadas às pendências nas prestações de contas apresentadas. Além disso foi constatado o pagamento de diárias a servidores do ICMBio, contrariando a determinação do KfW. O item a seguir detalha as impropriedades verificadas.

1.1.9.2 CONSTATAÇÃO

Despesas de diárias e passagens consideradas inelegíveis

Fato

Na análise dos processos de diárias selecionados na amostra, verificou-se que em cinco, dos seis processos analisados, existiam pendências nas prestações de contas.

De acordo com os documentos constantes do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, nos casos analisados não haveria pagamento de diárias para os dias do evento em função de que foi contratado uma empresa que forneceu hospedagem, alimentação e transporte para os participantes. Dessa forma, apenas nos casos dos beneficiários que tivessem que chegar antes do início do evento, por questões logísticas, é que receberiam diárias. No entanto, considerando que em alguns casos foram pagos



mais de uma diária e que os beneficiários não encaminharam os documentos de prestação de contas, esses valores são considerados indevidos.

O quadro a seguir demonstra quais foram as situações e os valores pagos:

Tabela: Relação de diárias pagas indevidamente

PCDP	Valor a serem devolvidos, de acordo com o SCDP
1392/2016	442,50
1407/2016	336,30
1450/2016	354,00
1438/2016	354,00
1462/2016	902,70
TOTAL	2.389,50

Fonte: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP

Sobre o assunto o Projeto apresentou as seguintes informações:

“Inicialmente, é imperioso relatar que a gestão dos deslocamentos foi realizada observando-se as diretrizes previstas no documento denominado Viagens no Âmbito de Projetos de Cooperação - Perguntas e Respostas relativas a gestão de Projetos De Cooperação Técnica Internacional - Volume II, da Secretaria Federal De Controle Interno, da Controladoria Geral da União.

Ademais, destaca-se que a governança deste órgão, em relação à fiscalização dos deslocamentos, possui limitações relacionadas tanto a capilaridade da atuação, uma vez que os beneficiados (em totalidade pertencentes às classes D e E) vieram em grande parte de localidades remotas do país, como ao fato de que não é possível a inscrição de débito na dívida ativa da União, com valores a inferiores a R\$ 1.000,00.

Não obstante, ressalta-se que o SFB está permanentemente, atuando com a postulação pelo ressarcimento dos valores a serem ressarcidos. ”

A unidade apresentou ainda os seguintes esclarecimentos:

PCDP 1392/2016: *“A GRU foi encaminhada ao colaborador eventual, sendo que o vencimento da cobrança ocorrerá em 08/04/2017. Ressalta-se que, até que se conclua o processo de prestação de contas, o beneficiado não poderá realizar viagens custeadas pela Administração Pública, conforme legislação pertinente.”*

PCDP 1407/2016 e 1450/2016: *“Até o presente momento, o beneficiado não encaminhou a prestação de contas. A conclusão do ajuste a ser ressarcido se dará assim que a documentação for encaminhada, uma vez que, conforme solicitação de viagem, a informação era de que o colaborador iniciaria o deslocamento 2 dias antes do início do evento, ensejando a necessidade de pagamento de 1 diária, pois neste período não havia o custeio de despesas de alimentação e hospedagem pelo Projeto.*

Cumpre destacar que houve ajustes de valores, para corrigir cálculos equivocados dos valores referentes ao deslocamento até o local do evento e/ou até o local de origem do beneficiado, razão pela qual se deu o questionamento relativo a duas diárias e meia.



Tais ajustes foram devidamente registrados no SCDP, e estão disponíveis para consulta. Nesse diapasão, reitera-se o fato de que não houve qualquer pagamento de diária durante o período de realização do evento.

Ressalta-se que, até que se conclua o processo de prestação de contas, o beneficiado não poderá realizar viagens custeadas pela Administração Pública, conforme legislação pertinente.”

PCDP 1438/2016: “O beneficiado não encaminhou os bilhetes rodoviários originais até o presente momento. Sendo assim, os procedimentos foram concluídos, porém a emissão da GRU somente será processada quando da aprovação da prestação de contas pela autoridade competente, a qual dependerá do envio dos bilhetes originais. Encontram-se em anexo os documentos de prestação de contas digitalizados, encaminhado pelo beneficiado. Ressalta-se que, até que se conclua o processo de prestação de contas, o beneficiado não poderá realizar viagens custeadas pela Administração Pública, conforme legislação pertinente.”

PCPD 1462/2016: “O beneficiado não encaminhou os bilhetes rodoviários originais até o presente momento. Sendo assim, os procedimentos foram concluídos, porém a emissão da GRU somente será processada quando da aprovação da prestação de contas pela autoridade competente, a qual dependerá do envio dos bilhetes originais, conforme regramento pertinente. Encontram-se em anexo os documentos de prestação de contas encaminhados pelo beneficiado, assim como consulta à PCDP para verificação do valor devido segundo apuração realizada previamente ao envio da prestação de contas. Até o presente momento, o valor que deverá ser devolvido pelo beneficiado é de R\$ 807,70, entretanto, somente após o envio dos documentos de prestação de contas, poderá ser apurado o valor a ser devolvido efetivamente. Ressalta-se que, até que se conclua o processo de prestação de contas, o beneficiado não poderá realizar viagens custeadas pela Administração Pública, conforme legislação pertinente.”

Em anexo o Projeto encaminhou também os documentos referentes ao SCDP e e-mails encaminhados aos beneficiários.

No que se refere às passagens foram selecionadas para análise duas faturas nos valores de R\$ 34.972,82 e R\$ 16.637,03. Dentre os PCDPs analisados foram identificados seis processos que embora as passagens tenham sido emitidas e pagas, os bilhetes não foram utilizados, conforme demonstra quadro a seguir.

Tabela: Relação de passagens pagas e não utilizadas

PCDP	Valor pago e não utilizado
1316/2016	1.514,91
1114/2016	843,67
1104/2016	2.307,78
1080/2016	1.248,16
1071/2016	1.058,04
1068/2016	1.168,62
TOTAL	8.141,18

Fonte: SCDP

Foi solicitado ao Projeto que informasse se foi realizado o crédito ou o reaproveitamento dos bilhetes de viagens já emitidos, bem como no caso de ter sido realizado o pagamento do adicional de deslocamento, apresentasse a comprovação do ressarcimento desses valores. Em resposta, a Unidade apresentou a seguinte informação:

"Quanto à não utilização dos bilhetes, informamos que foram realizados os respectivos créditos quando da emissão de fatura para pagamento, uma vez que os pedidos de reembolso são realizados automaticamente pelo SCDP, sendo que os respectivos montantes são realizados conforme regras específicas das companhias aéreas.

Nesse contexto, cumpre ressaltar que houve o reembolso relativo às PCDP's 1068/16, 1071/16, 1080/16, 1114/16 e 1316/16, porém, até o presente momento, não ocorreu o reembolso referente à PCDP 1104/16.

Por conseguinte, informamos que foi procedida, pela área encarregada da gestão das viagens a serviço, a abertura de chamado junto ao SERPRO para verificar os valores dos reembolsos e a falta do reembolso da PCDP 1104/16.

Quanto ao pagamento de adicionais:

- *PCDP 1068/19 – comprovante do ressarcimento do valor do adicional de deslocamento em anexo;*
- *PCDP 1071/16 – Ordem bancária de cancelamento, em anexo. O valor adicional de deslocamento não foi repassado ao colaborador.*
- *PCDP 1080/16 – Os ajustes estão sendo realizados pela área responsável pela gestão das viagens a serviço. Sendo assim, a GRU será emitida para que o colaborador eventual efetue o ressarcimento do valor.*
- *PCDP 1104/16 – Comprovante do ressarcimento do valor do adicional de deslocamento, em anexo.*
- *PCDP 1114/16 – A viagem foi cancelada, e não houve repasse do valor adicional de deslocamento. PCDP em anexo.*
- *PCDP 1316/16 – A viagem foi cancelada, e não houve repasse do valor do adicional de deslocamento. PCDP em anexo."*

Em anexo foram encaminhadas as faturas com os reembolsos dos bilhetes não utilizados, com exceção do PCDP 1104/16, que ainda não houve o reembolso do bilhete não utilizado. O quadro a seguir demonstra os valores que foram abatidos:

Tabela: Valores reembolsados

PCDP	Valor do reembolso
1316/2016	894,82
1114/2016	0,00
1104/2016	225,86
1080/2016	248,92
1071/2016	52,88
1068/2016	97,11
TOTAL	1.519,59

Fonte: Ofício nº 04/2017/DCM/SFB/MMA

Conforme se verifica do quadro acima, os valores reembolsados representam apenas dezoito por cento dos valores pagos, portanto, a não utilização dos bilhetes causa um prejuízo ao Projeto.

Em relação ao adicional de deslocamento, verificou-se que apenas o referente ao PCDP nº 1080/16 foi pago e ainda não ressarcido.

Por fim foi verificado o pagamento de passagens a servidores do ICMBio, contrariando a decisão do KfW. As situações identificadas se referem aos PCDP nº 1178/16, no valor de R\$ 3.192,35 e ao PCDP nº 1183/16, no valor de R\$ 1.427,04.

Sobre o assunto a Unidade apresentou a seguinte informação:

“

- *PCDP 1178/16 – as diárias foram pagas com a fonte 0100 (OB801454 e OB801401) e os bilhetes pela fonte 0195 (KfW) no valor de R\$ 3.192,35 – fatura de setembro.*
- *PCDP 1183/16 – as diárias foram pagas com fonte 0100 (OB801455 e OB801402) e os bilhetes pela fonte 0195 (KfW) no valor de R\$ 1.427,04 – fatura de setembro.*

Deste modo, verifica-se que, conforme levantado pela presente seleção de auditoria, houve o pagamento de passagens aéreas para servidores do ICMBio, via cartão de pagamento destinado as despesas com o projeto, contrariando as orientações do KfW.

Tal situação ocorreu, uma vez que o volume de PCDPs emitidas para a realização do evento foi altamente significativo (cerca de 45), sendo que apenas dois servidores possuíam a atribuição de realizar os cadastros.

Ademais, vale destacar que ambos os pagamentos, sejam estes realizados via fonte 0100, a qual se refere as despesas custeadas mediante recursos obtidos via arrecadação de impostos, após as transferências da parte devida aos Estados aos Municípios ou 0195, que identifica os recursos oriundo de doação via Banco KfW, se inserem no escopo da ação 20WA – Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar, do Serviço Florestal Brasileiro, tornando a operacionalização dos cadastros no SCDP ainda mais vulnerável à ocorrência de equívocos.

Não obstante, este órgão adotará as medidas necessárias para a realização do estorno dos valores utilizados indevidamente com a aquisição de passagens aéreas, os quais perfazem o montante total de R\$ 4.619,39, de maneira a sanar a situação ocorrida.”

Diante das informações apresentadas pelo Projeto, foram consideradas inelegíveis as seguintes despesas: diárias, no valor de R\$ 2.389,50; passagens no valor de R\$ 4.619,39; e adicionais de deslocamento, no valor de R\$ 285,00.

Entretanto, considerando que não haviam sido analisadas todas as diárias e passagens pagas pelo Projeto, foi solicitado ao Projeto que realizasse um levantamento de todas as pendências de diárias e passagens pagas no exercício de 2016, verificando a existência de outros gastos inelegíveis.

Causa

Falhas nos controles internos administrativos relacionadas à concessão de diárias e passagens.

Manifestação da Unidade Examinada

Quanto ao levantamento solicitado o SFB apresentou as seguintes informações:

“Os valores referentes as diárias, abaixo relacionadas, serão substituídos na próxima prestação de contas por recursos próprios do Serviço Florestal Brasileiro e aplicados na área de abrangência do projeto.

INSTITUIÇÕES	REPRESENTANTE	PCDP	Diárias		Situação			Ajuste (valores que devem ser comprovados a menor nos futuros SOEs)
			Item Soe	OB	Valor comprovado no SOE	Valor devolvido	Valor a devolver	
GTA	Maria Jocilene Lima de Aguiar	1104/16	10	800015	R\$ 95,00	R\$ 95,00	R\$ 0,00	R\$ 95,00
EMATER-PA	Paulo Augusto Lobato da Silva	1080/16	11	800016	R\$ 95,00	R\$ 0,00	R\$ 95,00	R\$ 95,00
FEAGLE	ANTÔNIO OLIVEIRA DE ANDRADE	1390/16	35	800051	R\$ 265,50	R\$ 0,00	R\$ 265,50	R\$ 265,50
Emater/Altamira - Porto de Moz	DIEGO VAZ DE CALDAS	1450/16	40	800057	R\$ 449,00	R\$ 0,00	R\$ 354,00	R\$ 354,00
FEAGLE	EDILENA CRISTINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	1393/16	37	800054	R\$ 154,00	R\$ 0,00	R\$ 354,00	R\$ 354,00
ASPACS	GERSON GALVÃO GOMES	1407/16	39	800056	R\$ 608,30	R\$ 0,00	R\$ 336,30	R\$ 336,30
CDS	JOELMA DA SILVA SANTOS	1394/16	38	800055	R\$ 265,50	R\$ 0,00	R\$ 265,50	R\$ 265,50
FEAGLE	ROSENILCE DOS SANTOS VITOR	1392/16	36	800053	R\$ 442,50	R\$ 0,00	R\$ 442,50	R\$ 442,50
Emater/Altamira - Anapu	SANDRO SILVA DE LIMA	1384/16	34	800049	R\$ 265,50	R\$ 0,00	R\$ 170,50	R\$ 170,50
Emater/Altamira - Anapu	SILVIA CIBELÉ SILVA DE LIMA	1438/16	41	800078	R\$ 449,00	R\$ 0,00	R\$ 354,00	R\$ 354,00
IDAM	Afrâncio Conceição da Silva	1462/16	48	800031	R\$ 902,70	R\$ 0,00	R\$ 902,70	R\$ 902,70
UNIR	Alaíde de Oliveira Carvalho	1458/16	56	800032	R\$ 200,60	R\$ 200,60	R\$ 0,00	R\$ 200,60
IDESAM - WWF	Antônio Carlos Nunes do Nascimento	1465/16	49	800034	R\$ 401,20	R\$ 0,00	R\$ 401,20	R\$ 401,20
AEFARO	Cao Fernando Modtkwski	1457/16	50	800035	R\$ 300,90	R\$ 0,00	R\$ 300,90	R\$ 300,90
IDAM	Carlos Antônio Panteja	1476/16	51	800036	R\$ 300,90	R\$ 0,00	R\$ 300,90	R\$ 300,90
UNIR	Diogenes Revesse da Silva	1459/16	52	800037	R\$ 200,60	R\$ 0,00	R\$ 200,60	R\$ 200,60
IDESAM - OURO VERDE	Edileuza Andrade	1472/16	53	800038	R\$ 200,60	R\$ 0,00	R\$ 200,60	R\$ 200,60
EFA	Eduardo de Oliveira Spriotto	1452/16	54	800039	R\$ 100,30	R\$ 0,00	R\$ 100,30	R\$ 100,30
IDAM	Gilson Roberto Vasconcelos dos Santo	1446/16	55	800040	R\$ 295,60	R\$ 0,00	R\$ 200,60	R\$ 200,60
EFA	Gino Cesar Bacchi	1454/16	57	800041	R\$ 100,30	R\$ 0,00	R\$ 100,30	R\$ 100,30
EMATER - AC	Hideli Dinarte Faras de Albuquerque	1447/16	58	800042	R\$ 395,90	R\$ 0,00	R\$ 395,90	R\$ 395,90
IDAM	João Hilário Borges de Bastos	1455/16	59	800043	R\$ 300,90	R\$ 0,00	R\$ 300,90	R\$ 300,90
ECOPORÉ	Leonardo Ribas Amaral	1466/16	60	800044	R\$ 200,60	R\$ 200,60	R\$ 0,00	R\$ 200,60
IDAM	Marcelo Nogueira	1464/16	61	800045	R\$ 300,90	R\$ 300,90	R\$ 0,00	R\$ 300,90
AEFARO	Michelli Machado	1460/16	62	800045	R\$ 200,60	R\$ 0,00	R\$ 200,60	R\$ 200,60
IFRO CACOAL	Romano Alex Cardoso	1461/16	63	800047	R\$ 300,90	R\$ 0,00	R\$ 300,90	R\$ 300,90
ECOPORÉ	Sheila Noele da Silva Moreira	1468/16	64	800048	R\$ 200,60	R\$ 200,60	R\$ 0,00	R\$ 200,60

Quanto as passagens, após a análise de todos os pagamentos realizados pelo Projeto com recursos do Banco Doador, foram encontradas as pendências abaixo relacionadas:

Número da Solicitação	Nome do Proposto - Colaboradores Eventuais	Passagens - 2016NE800004	Situação
1068/16	GIDEAO COSTA DOS SANTOS	R\$ 1.168,62	Não realizada
1071/16	DENYS SERRAO PEREIRA	R\$ 1.058,04	Não realizada
1080/16	PAULO AUGUSTO LOBATO DA SILVA	R\$ 1.248,16	*Não realizada

1104/16	MARIA JOCICLEIDE LIMA DE AGUIAR	R\$ 2.307,78	Não realizada
1114/16	RAFAEL PINZON RUEDA	R\$ 843,67	Viagem cancelada
1316/16	GIDEAO COSTA DOS SANTOS	R\$ 1.514,91	Viagem cancelada
1519/16	EVANDRO ORFANO FIGUEIREDO	R\$ 616,59	Não realizada
1574/16	BARTOLOMEU LIMA DA COSTA	R\$ 446,84	Não realizada
1583/16	HANAIRTON CAVALCANTE	R\$ 258,66	*Não realizada
1447/16	HIDELK DINARTE F. DE ALBUQUERQUE	R\$ 696,13	*Não realizada

Os valores referentes aos pagamentos de passagem aos servidores do ICMBio abaixo relacionados serão substituídos na próxima solicitação de desembolso por despesas custeadas com recursos do Serviço Florestal Brasileiro.

Número da Solicitação	Nome do Proposto - Colaboradores Eventuais	Passagens - 2016NE800004	Situação
1178/16	CARLOS EDUARDO NASCIMENTO	R\$ 3.192,35	Servidor ICMBio
1183/16	EDER FERREIRA MORAES DE JESUS	R\$ 1.427,04	Servidor ICMBio

Análise do Controle Interno

Da análise do levantamento realizado pelo SFB verificou-se que das 55 diárias pagas no exercício examinado 27 tinham valores pagos indevidamente, o que representa quase cinquenta por cento dos processos de diárias. Além disso, verificou-se a dificuldade de resarcimento desses valores. Em todos os casos as viagens ocorreram há mais de seis meses e até o momento só consta a devolução em cinco processos. Tal situação indica fragilidades nos controles internos relacionados à concessão de diárias.

Quanto ao pagamento de passagens, cujos bilhetes não foram utilizados, verifica-se que embora a companhia aérea realize o crédito, os valores reembolsados representam um pequeno percentual do valor gasto, gerando um prejuízo ao Projeto. Desse modo o Projeto deve criar mecanismos que minimizem esse tipo de situação.

Recomendações:

Recomendação 1: Que seja abatido na próxima SOE o valor de R\$ 4.619,39, referente a pagamento de passagens a servidores do ICMBio.

Recomendação 2: Quanto aos pagamentos de diárias e adicional de deslocamento, considerando que em alguns casos ainda poderá haver apresentação da prestação de contas, que o Projeto apresente, no prazo de 90 dias, quais os valores a serem abatidos na próxima SOE.

Recomendação 3: Quanto aos bilhetes não utilizados, no valor de R\$ 10.159,40, recomenda-se ao Projeto solicitar o crédito ou o reaproveitamento dos bilhetes de viagens pagos e apresentar a esta CGU os respectivos comprovantes.

Recomendação 4: Que seja aperfeiçoada a rotina de acompanhamento e aprovação das concessões de diárias e passagens, bem como da cobrança das prestações de contas, encaminhando a esta CGU o novo fluxo definido.

1.1.10 Contratação de Pessoas Jurídicas

1.1.10.1 INFORMAÇÃO

Impropriedades verificadas nos processos de aquisição de bens e serviços

Fato

Verificou-se, por amostragem, de forma integrada, os processos de aquisição e pagamento de bens e serviços realizados com recursos do projeto, sendo constatado, no que se refere aos seus aspectos mais relevantes, que os procedimentos de aquisição e pagamento foram realizados em observância às diretrizes do Banco KfW e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida.

Verificou-se ainda que as aquisições realizadas correspondem a atividades elegíveis ao projeto e contribuem efetivamente para o alcance dos objetivos pactuados, com exceção dos gastos apontados nos itens 1.1.9.2 e 1.1.10.2 deste relatório.

Ressalta-se que, embora tenha sido recomendado no relatório do exercício anterior que como regra deve-se utilizar a legislação brasileira em função do que preconiza o Acordo de Doação, o ICMBio continua utilizando a modalidade “shopping”. Entretanto, considerando que essa modalidade, de acordo com a Consultoria de apoio à Gestão, está prevista no Manual Operativo do Projeto, que está na fase de aprovação, acredita-se que tal questão será resolvida.

1.1.10.2 CONSTATAÇÃO

Despesa paga a maior, no valor total de R\$ 390,00, na contratação de empresa para fornecimento de alimentação

Fato

Trata-se do processo nº 02327.000013/2016-05, relativo a pagamento de alimentação (refeições e lanches) para os participantes da reunião do Conselho da Floresta Nacional do Mapiá. Em análise ao referido processo verificou-se que foram cobrados 140 lanches, no valor total de R\$ 910,00, quando o correto, de acordo com a lista de presença e com o documento SEI: 0263192, seriam 80 lanches, no valor total de R\$ 520,00.

Causa

Falha pontual no ateste da Nota Fiscal e no controle administrativo do Projeto.

Manifestação da Unidade Examinada

Sobre o assunto o ICMBio apresentou a seguinte manifestação, por meio do Ofício SEI nº 133/2017 – DIMAN/ICMBio:

“Com relação ao questionamento da auditoria, informo que o quantitativo de 140 lanches foi de acordo com o TdR elaborado pelo gestor da unidade de conservação, conforme consta no processo. Informo ainda que, fiquei respondendo pelo projeto até o dia 12/08/2016, e que o pagamento foi posterior a essa data, porém o pagamento tem como documento base a nota fiscal que foi atestada pelo gestor da unidade de conservação e consta o fornecimento de 140 lanches.”

O ICMBio informou ainda que não há comprovação de má fé dos servidores envolvidos, que houve falha de controle da disposição dos lanches e falha de controle do processo administrativo em si e que realizarão a substituição de despesa.

Análise do Controle Interno

Considerando que o ICMBio informou que houve uma falha de controle, mas que não houve má fé, e que a despesa será substituída na próxima SOE, mantém-se a constatação para acompanhamento das providências a serem tomadas, conforme recomendação a seguir.

Recomendações:

Recomendação 1: Que na próxima SOE, seja abatido o valor de R\$ 390,00, referente ao pagamento de gasto inelegível.

1.1.10.3 INFORMAÇÃO

Despesas realizadas com aquisição de combustível e manutenção de veículos sem o detalhamento necessário, no processo, para avaliar os gastos

Fato

Solicitou-se, para análise, quatro processos de pagamentos da empresa Nutricash, que se refere a gastos com aquisição de combustível e manutenção de veículos para efetuar a implementação e a gestão das Flonas, no valor total de R\$ 155.004,58.

Trata-se de pregão realizado em 2012, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis, filtros, aditivos, óleos lubrificantes, lavagem e borracharia e módulo de gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e pneus/ câmaras de ar, serviços especializados em geral como reboque, retífica de motores, lataria, pintura, estofamento, elétrica, alinhamento e balanceamento de rodas, para a frota de veículos, embarcações, motores estacionários, equipamentos e utilitários automotores do ICMBio, através de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, para atender as demandas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Em análise aos processos não foi possível identificar o detalhamento das despesas de cada nota fiscal (abastecimento ou manutenção), bem como a finalidade do gasto, como por exemplo, abastecimento para mobilização da reunião do conselho consultivo ou para fiscalização da demarcação da FLONA. Dessa forma não foi possível afirmar que os gastos atendiam a finalidade do Projeto e nem tampouco que os valores gastos estavam de acordo com a previsão do POA.

Solicitou-se, então, ao ICMBio que detalhasse as informações referentes aos pagamentos realizados. Em resposta a Unidade encaminhou uma planilha detalhando as notas fiscais, com as seguintes informações: tipo de gasto, finalidade de acordo com o POA, e valores pagos.

A partir da análise da planilha encaminhada, conclui-se que os gastos estão de acordo com o previsto no POA e contribuem para o alcance dos objetivos do projeto. No entanto, é preciso que a Unidade, nos próximos pagamentos, detalhe melhor os gastos, especificando: o tipo de gasto; os veículos a que se referem; a finalidade do gasto; o componente do POA; e a Ordem de Serviço referente ao gasto.

IV – CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos de auditoria realizados, conclui-se que, embora o Projeto ainda não tenha conseguido atingir um bom nível de execução das atividades programadas, houve uma melhora nos controles internos, principalmente com a aproximação entre as unidades executoras e do ICMBio com a equipe de consultoria permanente. Além disso, o Projeto fez um esforço de identificar os principais problemas existentes, suas causas e possíveis soluções, e com base nesse levantamento elaborou um Plano de Ação que irá auxiliar no cumprimento dos objetivos e resultados acordados. Dessa forma, acredita-se que a partir do próximo exercício haverá uma melhora considerável no nível de execução do Projeto.

Diante do exposto somos de opinião que são mantidos controles internos adequados para a implementação das atividades do Projeto no âmbito do Agente Executor e do Co-executor, em seus aspectos mais relevantes, *exceto no que se refere aos pontos pertinentes aos seguintes assuntos, que estão referenciados neste relatório:*

- Demonstrações Financeiras: 1.1.7.2;
- Gerenciamento dos deslocamentos: 1.1.9.2; e



c) Contratação de Pessoas Jurídicas: 1.1.10.2.

Brasília/DF, 16 de maio de 2017.

Nome: LARISSA BARBOSA MEDEIROS COSTA

Cargo: AUDITORA FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Cargo: Coordenador-Geral

Assinatura:

Ricardo Plácido Ribeiro
Coordenador-Geral
CGIMA/DI/SFC/CGU

